

# Global Participações em Energia S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2022**

# Conteúdo

|                                                                                                            |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Relatório da Administração</b>                                                                          | <b>3</b>  |
| <b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b> | <b>11</b> |
| <b>Balanços patrimoniais</b>                                                                               | <b>15</b> |
| <b>Demonstrações do resultado</b>                                                                          | <b>16</b> |
| <b>Demonstrações do resultado abrangente</b>                                                               | <b>17</b> |
| <b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>                                                     | <b>18</b> |
| <b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>                                                                   | <b>19</b> |
| <b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>                          | <b>20</b> |

Senhores Acionistas,

A Administração da Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

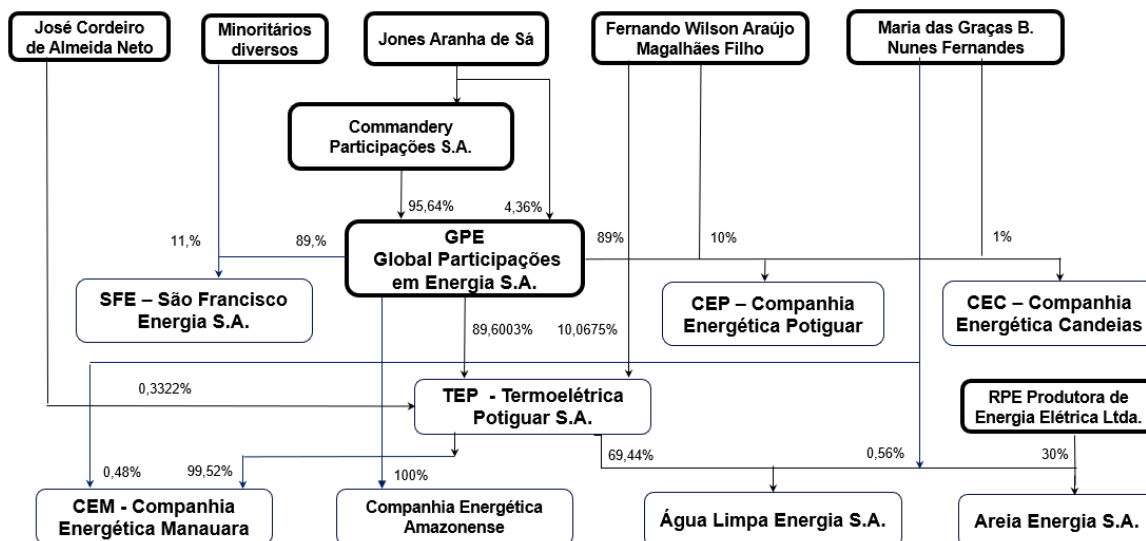
### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O Grupo Global iniciou suas atividades há mais de três décadas (1987), com a prestação de serviços de manutenção e montagens industriais e, a partir de 2001, em plena crise energética, com o desenvolvimento de negócios de geração de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento do setor no país.

A GPE atualmente controla dez empreendimentos, sendo oito termelétricas (UTES) e duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, com capacidade instalada de geração da ordem de 844 MW, todos autorizados pelo Poder Concedente:

- Duas usinas termelétricas, Potiguar e Potiguar III, contratadas por disponibilidade, em Macaíba, RN – Companhia Energética Potiguar (CEP);
- Duas usinas termelétricas, Global I e Global II, contratadas por disponibilidade, em Candeias, BA – Companhia Energética Candeias (CEC);
- Três usinas termelétricas, Apoená, Guarani e Curumim, contratadas por disponibilidade, em Camaçari, BA – São Francisco Energia S.A. (SFE);
- Uma usina termelétrica, Manauara, por arrendamento mercantil, em Manaus, AM – Companhia Energética Manauara (CEM);
- Duas PCHs, Água Limpa Energia S/A (AGL) e Areia Energia S/A (ARE), contratadas no âmbito do PROINFA, localizadas no rio Palmeiras, em Dianópolis, TO.

**ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO** (simplificado)



**GOVERNANÇA CORPORATIVA**

- Missão: Empreender negócios em energia e infraestrutura com rentabilidade e sustentabilidade.
- Valores: ✓ Comprometimento; ✓ Foco em Resultado; ✓ Humildade; ✓ Integridade; ✓ Meritocracia; ✓ Resiliência; e ✓ Segurança e Meio Ambiente.
- Visão: Ser excelente em negócios de energia e infraestrutura.

O modelo de Governança Corporativa da GPE baseia-se em quatro princípios: transparência, responsabilidade corporativa, equidade e prestação de contas, aplicados a todas as empresas.

Cabe destacar a participação ativa dos acionistas na condução estratégica e no acompanhamento dos negócios do Grupo. As reuniões de sócios ocorrem ordinariamente uma vez por semana, voltadas para o planejamento, controle de resultado e orientação geral das empresas.

A área de Conformidade e Integridade e o Comitê de *Compliance* (vinculado ao Conselho de Administração), de caráter preventivo e inibidor de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional, fortalece as ações de *compliance* corporativas, visando assegurar o cumprimento de políticas e diretrizes, com fundamento na gestão de riscos e na dimensão ética.

A Auditoria Interna da GPE, focada na gestão da rotina dos processos empresariais, sob os aspectos técnico, operacional, regulatório e de controladoria (financeiro e de controle interno), está direcionada para fortalecer a gestão racionalizando as ações de controle na observância da conformidade com as políticas corporativas, a legislação, a eficiência operacional, os aspectos tradicionais de controle e salvaguarda da empresa. A Auditoria Interna da GPE está subordinada à Diretoria de Gestão Corporativa.

**NOVOS NEGÓCIOS**

Cabe uma referência especial à atividade de análise de tendências de mercado e cenários prospectivos para novas oportunidades de negócio e proposição de estratégias corporativas de expansão e perpetuação. Trata-se de um trabalho conjunto da área de desenvolvimento de projetos com as áreas técnica, de regulação, de meio ambiente e relações institucionais e de modelagem econômico-financeira.

**SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA**

Ações adotadas pelo Grupo Global que contribuem para a busca por harmonia entre aspectos sociais, ambientais e econômicos e demonstram de que forma estão alinhadas com o conceito **ESG** – *Environmental, Social and Governance*.

A geração limpa e renovável das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) contribui para reduzir as emissões relativas do Grupo.

Ações de sustentabilidade corporativa encontradas em empresas do Grupo:

**E/A (ambiental)** - contribuições para minorar o efeito de seu processo produtivo no meio ambiente:

- adequada manutenção preventiva e preditiva de seus conjuntos geradores para garantir o consumo eficiente de combustível, controlado por indicador de meta;
- efetivo controle das emissões atmosféricas por meio de medições sistemáticas e monitoramento da qualidade do ar nas áreas de influência dos empreendimentos, buscando níveis mínimos;
- tratamento da água e reutilização dos efluentes do processo produtivo;
- preocupação com o descarte de resíduos, especialmente peças e componentes eletrônicos, dando-lhes a destinação adequada;
- manutenção e replantio de árvores do bioma do entorno das usinas do Grupo.

**S (social)** - atua valorizando a dignidade do ser humano, o meio ambiente e a gestão do patrimônio, voltando-se para o desenvolvimento da saúde, segurança e diversidade entre os colaboradores, bem como para atividades beneficentes na comunidade vizinha às usinas do Grupo e na sociedade em geral:

- o combate à discriminação constitui um valor da cultura do Grupo, não sendo admitidos *bullying*, assédio nem qualquer tipo de discriminação de crença, idade, sexo, orientação sexual etc.;
- apoio à inclusão social e diversidade no quadro de pessoal do Grupo, prevalecendo a meritocracia, a dedicação e o trabalho;

- atendimento às normas trabalhistas;
- valorização da segurança e da saúde no ambiente de trabalho, tendo a vida como um valor absoluto, promovendo condições de trabalho seguras e saudáveis e protegendo o meio ambiente;
- programas de recrutamento de jovens aprendizes e PcDs (Pessoas com Deficiência).

**G (governança)** - gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional, tendo como princípios norteadores: equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

- forte cultura organizacional, tendo conselho de administração ativo, sem envolvimento em fraudes ou escândalos;
- submissão das demonstrações financeiras ao exame de auditoria externa dentre as quatro grandes (*big four*);
- identificação antecipada dos riscos potenciais, análise e adoção de medidas preventivas aplicáveis na gestão de riscos;
- mitigação do risco de desvios éticos, apoiada por auditoria interna nas coligadas, assegurando tolerância zero para desvios;
- comunicação transparente e objetiva dos valores e compromissos, promovendo a influência positiva em todo o ambiente corporativo e nas relações, levando ao reconhecimento;
- existência de canais de denúncias, apuração sigilosa em alto nível e eventuais sanções sob decisão do Comitê de *Compliance*;
- minimização de falhas e ocorrência de fraudes, com base no Código de Conduta e arcabouço normativo formalizado;
- transparência entre as partes interessadas, informando fatos positivos e negativos, sem restrição, como condição fundamental para conquistar confiança interna e externa;
- estímulo ao aprendizado e busca de aprimoramento contínuo e incremental dos processos internos da organização;
- integração e balanceamento dos indicadores de desempenho por meio de metas empresariais (coletivas) e individuais, como desdobramento de metas empresariais.

### **PROJETOS INCENTIVADOS**

As controladas CEC, CEP, CEM e SFE aportaram, conjuntamente, R\$ 2.086 mil (R\$ 481 mil, em 2021) em projetos incentivados, beneficiando projetos culturais e esportivos:

- por meio da Lei Rouanet:

- Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (NEOJIBA) com direcionamento de R\$ 79 mil;
- Restauração do Memorial de Irmã Dulce – MID: com direcionamento de R\$ 1.266 mil;
- Restauração da Catedral Basílica: R\$ 32 mil;
- por meio da Lei de Incentivo Social (FMDCA):
  - Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) do Centro de Educação Santo Antônio (CESA) das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID): R\$ 354,5 mil.
- por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE):
  - Projeto de esporte Yacht Supercampeões com R\$ 354,5 mil, projeto que prepara atletas na modalidade de natação do Clube.

### **DESEMPENHO OPERACIONAL**

Em razão do fim da crise hídrica de 2021 e do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado ao crescimento da disponibilidade de geração eólica e solar na região Nordeste em 2022, as usinas de geração flexível não foram despachadas por razão de ordem de mérito, ao longo de 2022.

As usinas termelétricas estiveram disponíveis conforme os padrões contratuais estabelecidos, ainda que, sem demanda por ordem de mérito.

- As UTEs Potiguar e Potiguar III da CEP não foram requisitadas pelo ONS (injetando no sistema 183.229 MWh, em 2021).
- As UTEs Global I e Global II da CEC não foram requisitadas pelo ONS (injetando no sistema 860.416 MWh, em 2021).
- As UTEs Guarani, Apoená e Curumim não foram requisitadas pelo ONS em 2022, nem foram requisitadas no exercício anterior, em razão de a SFE ter assumido a gestão de operação e manutenção das usinas somente em dezembro de 2021.
- A UTE da CEM assegurou uma potência média de 61,80 MW (61,84 MW, em 2021) às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que incorporou a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A (AmGT), sucessora da Amazonas Energia (AME), em operação contínua, superando a disponibilidade contratual (60 MW), gerando e injetando no sistema 541.375 MWh (541.776 MWh, em 2021).

Contratada para o fornecimento exclusivo de energia firme à Eletronorte por vinte anos, no fim do contrato (2025) os bens e instalações da UTE serão revertidos e passarão a integrar o patrimônio desta, sem qualquer indenização. Em razão das obrigações e

direitos estabelecidos no contrato, que, dentre outras condições, representa a transferência de riscos e benefícios relevantes, esta operação caracteriza-se como arrendamento mercantil, sob a égide do CPC 06 (R2).

A CEM, em 2021, contratou a Wärtsilä para uma nova conversão de seus cinco motores (quatro em operação e um reserva) para a modalidade SG, com operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás. A conversão do último motor foi concluída em 30 de janeiro de 2022. Os motores convertidos tiveram os seus horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção, além do aumento da capacidade instalada para 73,4 MW. O investimento total no projeto foi de R\$ 124 milhões. Considerou-se para viabilizar o projeto o reembolso via Sub-rogação da Conta de Consumos de Combustíveis (CCC).

- As PCHs Água Limpa e Areia injetaram no sistema 158.300 MWh (151.343 MWh, em 2021), aumento devido ao regime hidrológico favorável em 2022.

As autorizações das PCHs para atuarem como Produtores Independentes de Energia (PIE) podem ser prorrogadas a pedido das Companhias. Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União ou poderá ser exigido que restabeleçam, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Conforme prazos estabelecidos pela Resolução Normativa Aneel n. 696, de 15 de dezembro de 2015, em 2022 foi realizada a Revisão Periódica de Segurança de Barragem (RPS). Os Planos de Segurança de Barragem das usinas foram acompanhados pela empresa Geometrisa, que emitiu os Relatórios de Inspeção Regular (ISR) e os Relatórios de Auscultação Civil, estando a situação dos empreendimentos conforme os padrões normativos.

### **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

As demonstrações financeiras e o relatório dos auditores externos refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados, registrando de forma objetiva todos os riscos e contingências associados ao negócio.

Os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2022, apresentaram-se adequados aos requisitos dos contratos de financiamentos das empresas, atendendo aos *covenants* preestabelecidos, possibilitando manutenção da adequada classificação dos saldos de financiamentos no longo prazo (passivo não circulante).

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. Todas as comparações realizadas neste relatório levam

em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2021, exceto quando especificado em contrário.

Observem-se a seguir os resultados (consolidados) de 2022 comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2021 (entre parênteses):

**Receita Operacional Líquida (ROL):** R\$ 714,7 milhões (R\$ 1.434,1 milhões, em 2021). Evolução desfavorável de 50,2%, explicada, principalmente, pelo menor volume de energia gerada (ausência de demanda pelo ONS) em relação a 2021.

**Custos e despesas operacionais:** R\$ 393,1 milhões (R\$ 1.262,3 milhões, em 2021). Redução de 68,9%, superior à evolução da ROL, em razão do menor volume de insumos para geração de energia e, especialmente, de manutenções preventivas nos conjuntos geradores das UTEs por disponibilidade.

**EBITDA** (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização – medição não contábil calculada pela Administração para geração operacional de caixa): R\$ 413,6 milhões (R\$ 254,0 milhões em 2021), aumento de 62,8%, variação favorável, explicada principalmente pela redução dos custos variáveis de operação e manutenção das UTEs por disponibilidade.

**Lucro Operacional:** R\$ 321,6 milhões (R\$ 171,8 milhões em 2021), registrando acréscimo de 62,8%, refletindo a redução dos custos operacionais proporcionalmente maior em relação a redução da ROL.

**Lucro Líquido do Exercício:** R\$ 297,0 milhões (R\$ 202,2 milhões, em 2021), com acréscimo de 46,9%, variação menor que a do lucro operacional em razão da evolução desfavorável do resultado financeiro e da tributação em 2022.

**Disponibilidades** (caixa e aplicações financeiras): R\$ 138,4 milhões (R\$ 157,7 milhões em 2021), um decréscimo de 12,2% em relação a 2021.

**Contas a Receber:** R\$ 145,2 milhões (R\$ 197,3 milhões em 2021), variação de 26,4%, explicada pela redução do faturamento de geração de energia no último bimestre de 2022.

**Capital de Giro:** o Capital Circulante Líquido, R\$ 106,4 milhões (R\$ 135,8 milhões, em 2021), apresentou decréscimo de 21,6%, variação explicada principalmente, pela menor necessidade de capital de giro líquido.

**Endividamento:** a dívida financeira líquida (financiamentos e mútuos das empresas, líquidos dos depósitos vinculados) atingiu R\$ 201,4 milhões (R\$ 541,3 milhões, em 2021), apresentando um decréscimo de 62,8%. Esta evolução no endividamento líquido decorre, sobretudo, da amortização o de dívidas para aquisição das participações minoritárias da TEP e da CEM e da aquisição das três usinas pela SFE.

**Remuneração aos Acionistas** (dividendos pagos pela controladora GPE): R\$ 169,0 milhões (R\$ 126,7 milhões, em 2021), com crescimento de 33,3%.

#### **AGRADECIMENTOS**

A Administração da GPE agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades vizinhas de suas empresas controladas pela confiança depositada no ano de 2022. Agradece ainda, de forma especial, aos seus colaboradores, pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Salvador, 31 de março de 2023.

---

**Jones Aranha de Sá**  
Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar  
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores  
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres  
41820-021 - Salvador/BA - Brasil  
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil  
Telefone +55 (71) 3273-7350  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e diretores da**  
**Global Participações em Energia S.A.**  
**Salvador – Bahia**

### Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Global Participações em Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalvas

- Conforme mencionado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 571.499 mil e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 87.650 mil nas demonstrações financeiras consolidadas. A controlada, Companhia Energética Candeias, não utiliza as taxas determinadas em laudo de revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado como base para determinação dos encargos de depreciação, o qual leva em consideração o método de depreciação linear e a decisão da administração em encerrar a operação da controlada ao final dos contratos de fornecimento de energia elétrica que ocorre em 13 de fevereiro de 2025, desta forma a despesa de depreciação do exercício deveria ser alterada de forma que o período de vida útil fosse limitado ao período remanescente do prazo de autorização dos contratos de geração. Considerando que os efeitos mencionados não foram refletidos na contabilidade, em 31 de dezembro de 2022, nas demonstrações financeiras individuais o investimento, o lucro líquido e patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 2.025 mil, R\$ 19.910 mil e R\$ 2.025 mil, respectivamente, líquido dos respectivos efeitos tributários, e nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo imobilizado, o lucro líquido e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a maior em aproximadamente R\$ 5.057 mil e R\$ 22.371 mil e R\$ 4.286 mil, respectivamente, líquido de impostos.
- Conforme mencionado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, os balanços patrimoniais consolidados, em 31 de dezembro de 2022, apresentam na rubrica de imobilizado os montante de R\$ 571.499 mil e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício consolidado de R\$ 87.650 mil. De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado a Companhia e suas controladas devem revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. A controlada, Companhia Energética Potiguar, que apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 46.821 mil e encargos de depreciação registrados no seu resultado do exercício de R\$ 6.811 mil, não utiliza as taxas determinadas em laudo de revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado como base para determinação dos encargos de depreciação, como também não considerou na mensuração da depreciação a decisão da administração em encerrar a operação da controlada ao final dos contratos de fornecimento de energia elétrica em 31 de dezembro de 2023. Esse cenário apresenta uma indicação de que o valor contábil desses ativos poderia exceder seu valor recuperável. Diante disso, a administração calculou a perda por redução ao valor recuperável dos ativos (impairment) da controlada levando em consideração apenas o valor em uso dos referidos ativos. Se a revisão das vidas úteis dos ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e a determinação do valor justo deduzido das despesas de venda tivesse sido efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluimos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho  
Contador CRC BA-029520/O-7

Global Participações em Energia S.A.

Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

|                                                    | Nota<br>explicativa | Controladora |         | Consolidado |           |
|----------------------------------------------------|---------------------|--------------|---------|-------------|-----------|
| Ativos                                             |                     | 2022         | 2021    | 2022        | 2021      |
| <b>Circulantes</b>                                 |                     |              |         |             |           |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 5                   | 8            | 11      | 138.374     | 157.666   |
| Aplicações financeiras                             | 6                   | -            | -       | 6.263       | 6.093     |
| Contas a receber                                   | 7                   | -            | -       | 145.237     | 197.287   |
| Arrendamento mercantil a receber                   | 10                  | -            | -       | 62.485      | 62.583    |
| Impostos a recuperar                               | 8                   | -            | -       | 17.487      | 23.947    |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar |                     | -            | -       | 3.878       | 5.609     |
| Estoques                                           | 9                   | -            | -       | 133.251     | 134.086   |
| Dividendos e juros sobre capital próprio           | 16                  | 94.495       | 43.920  | -           | -         |
| Outras contas a receber                            | 11                  | 654          | 713     | 20.214      | 63.221    |
| Total dos ativos circulantes                       |                     | 95.157       | 44.644  | 527.189     | 650.492   |
| <b>Não circulantes</b>                             |                     |              |         |             |           |
| Arrendamento mercantil a receber                   | 10                  | -            | -       | 74.782      | 124.445   |
| Impostos a recuperar                               | 8                   | -            | -       | 1.159       | 2.863     |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar |                     | -            | -       | 19.271      | 19.887    |
| Impostos diferidos                                 |                     | -            | -       | -           | 981       |
| Depósitos judiciais                                |                     | -            | -       | 1.047       | 1.038     |
| Partes relacionadas                                | 16                  | -            | -       | 11.116      | 28.932    |
| Outras contas a receber                            | 11                  | 10.334       | 8.498   | 91.637      | 42.656    |
| Adiantamento para futuro aumento de capital        | 16                  | 750          | 659     | -           | -         |
| Investimentos                                      | 12                  | 750.281      | 714.933 | -           | -         |
| Imobilizado                                        | 13                  | -            | -       | 571.499     | 677.052   |
| Intangível                                         | 14                  | -            | -       | 13.923      | 18.180    |
| Total dos ativos não circulantes                   |                     | 761.365      | 724.090 | 784.434     | 916.034   |
| <b>Total dos ativos</b>                            |                     | 856.522      | 768.734 | 1.311.623   | 1.566.526 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

|                                                                     |    | Nota<br>explicativa | Controladora |           | Consolidado |      |
|---------------------------------------------------------------------|----|---------------------|--------------|-----------|-------------|------|
| Passivos                                                            |    |                     | 2022         | 2021      | 2022        | 2021 |
| <b>Circulantes</b>                                                  |    |                     |              |           |             |      |
| Fornecedores                                                        | 15 | 99                  | 7            | 26.442    | 76.843      |      |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures                            | 17 | -                   | -            | 195.129   | 323.162     |      |
| Obrigações sociais e trabalhistas                                   |    | 10                  | -            | 5.409     | 4.775       |      |
| Obrigações tributárias                                              | 18 | 1.459               | 10           | 11.961    | 11.057      |      |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher                   |    | 1.009               | 1            | 15.937    | 9.067       |      |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar                    | 20 | 104.598             | 73.970       | 119.476   | 83.823      |      |
| Outras contas a pagar                                               |    | -                   | -            | 46.961    | 5.963       |      |
| Total dos passivos circulantes                                      |    | 107.175             | 73.988       | 421.315   | 514.690     |      |
| <b>Não circulantes</b>                                              |    |                     |              |           |             |      |
| Fornecedores                                                        | 15 | -                   | -            | -         | 55          |      |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures                            | 17 | -                   | -            | -         | 224.186     |      |
| Impostos diferidos                                                  |    | -                   | -            | 2.869     | -           |      |
| Obrigações tributárias                                              | 18 | -                   | -            | 286       | 1.035       |      |
| Provisão para processos judiciais                                   | 19 | -                   | -            | 861       | 477         |      |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                         | 16 | 12.320              | 4.958        | 12.320    | 4.958       |      |
| Outras contas a pagar                                               |    | -                   | -            | 7.222     | 4.303       |      |
| Total dos passivos não circulantes                                  |    | 12.320              | 4.958        | 23.558    | 235.014     |      |
| <b>Patrimônio líquido</b>                                           |    |                     |              |           |             |      |
| Capital social                                                      | 20 | 294.000             | 294.000      | 294.000   | 294.000     |      |
| Reservas de lucros                                                  |    | 443.027             | 395.788      | 443.027   | 395.788     |      |
| Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores |    | 737.027             | 689.788      | 737.027   | 689.788     |      |
| Participação de acionistas não controladores                        |    | -                   | -            | 129.723   | 127.034     |      |
| Total do patrimônio líquido                                         |    | 737.027             | 689.788      | 866.750   | 816.822     |      |
| <b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>                   |    | 856.522             | 768.734      | 1.311.623 | 1.566.526   |      |

## Global Participações em Energia S.A.

### Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações - em Reais)

|                                                                   | Nota<br>explicativa | Controladora   |                | Consolidado     |                 |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
|                                                                   |                     | 2022           | 2021           | 2022            | 2021            |
| <b>Receita operacional líquida</b>                                | 22                  | -              | -              | 714.652         | 1.434.076       |
| <b>Custos de operação e manutenção</b>                            | 23                  | -              | -              | (335.454)       | (1.209.424)     |
| <b>Lucro bruto</b>                                                |                     | <u>-</u>       | <u>-</u>       | <u>379.198</u>  | <u>224.652</u>  |
| Resultado de equivalência patrimonial                             | 12                  | 256.806        | 147.692        | -               | -               |
| <b>Receitas (despesas) operacionais</b>                           |                     |                |                |                 |                 |
| Despesas gerais e administrativas                                 | 23                  | (557)          | (413)          | (68.211)        | (55.814)        |
| Outras receitas operacionais, líquidas                            | 23                  | <u>2.719</u>   | <u>(485)</u>   | <u>10.594</u>   | <u>2.959</u>    |
| <b>Lucro antes do resultado financeiro</b>                        |                     | <u>258.968</u> | <u>146.794</u> | <u>321.581</u>  | <u>171.797</u>  |
| <b>Resultado financeiro</b>                                       |                     |                |                |                 |                 |
| Receitas financeiras                                              | 24                  | -              | 1              | 84.240          | 73.314          |
| Despesas financeiras                                              | 24                  | <u>(5.070)</u> | <u>(2)</u>     | <u>(53.340)</u> | <u>(21.053)</u> |
| Total                                                             |                     | <u>(5.070)</u> | <u>(1)</u>     | <u>30.900</u>   | <u>52.261</u>   |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>   |                     | <u>253.898</u> | <u>146.793</u> | <u>352.481</u>  | <u>224.058</u>  |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                     |                     |                |                |                 |                 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                   | 21                  | (7.059)        | -              | (103.115)       | (58.655)        |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                  | 21                  | -              | -              | 52.015          | 2.889           |
| Incentivo fiscal do imposto de renda                              | 21                  | <u>-</u>       | <u>-</u>       | <u>(4.358)</u>  | <u>33.865</u>   |
| Total                                                             |                     | <u>(7.059)</u> | <u>-</u>       | <u>(55.458)</u> | <u>(21.901)</u> |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                 |                     | <u>246.839</u> | <u>146.793</u> | <u>297.023</u>  | <u>202.157</u>  |
| <b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$</b> |                     |                |                | <u>12,97</u>    | <u>8,83</u>     |
| <b>Lucro líquido do exercício atribuível a:</b>                   |                     |                |                |                 |                 |
| Acionistas controladores                                          |                     |                |                | 246.839         | 146.793         |
| Acionistas não controladores                                      |                     |                |                | <u>50.184</u>   | <u>55.364</u>   |
|                                                                   |                     |                |                | <u>297.023</u>  | <u>202.157</u>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Global Participações em Energia S.A.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais - R\$)*

|                                                 | <u>Controladora</u> |                | <u>Consolidado</u> |                |
|-------------------------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
|                                                 | <b>2022</b>         | <b>2021</b>    | <b>2022</b>        | <b>2021</b>    |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>               | 246.839             | 146.793        | 297.023            | 202.157        |
| Outros resultados abrangentes                   | <u>-</u>            | <u>-</u>       | <u>-</u>           | <u>-</u>       |
| <b>Resultado abrangente total do exercício</b>  | <u>246.839</u>      | <u>146.793</u> | <u>297.023</u>     | <u>202.157</u> |
| <b>Lucro líquido do exercício atribuível a:</b> |                     |                |                    |                |
| Acionistas controladores                        |                     |                | 246.839            | 146.793        |
| Acionistas não controladores                    |                     |                | <u>50.184</u>      | <u>55.364</u>  |
|                                                 |                     |                | <u>297.023</u>     | <u>202.157</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Global Participações em Energia S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

|                                                                       | Nota explicativa | Capital social | Reservas de lucros |                            | Lucro acumulados | Atribuível a controladores | Participação de acionistas não controladores | Total     |
|-----------------------------------------------------------------------|------------------|----------------|--------------------|----------------------------|------------------|----------------------------|----------------------------------------------|-----------|
|                                                                       |                  |                | Reserva legal      | Reserva dos lucros retidos |                  |                            |                                              |           |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>                               |                  | 294.000        | 41.310             | 369.260                    | -                | 704.570                    | 218.977                                      | 923.547   |
| Reorganização societária                                              |                  | -              | -                  | (9.712)                    | -                | (9.712)                    | (104.688)                                    | (114.400) |
| Cessão de ações da TEP para acionista PF minoritário                  |                  | -              | -                  | -                          | -                | -                          | 1.830                                        | 1.830     |
| Redução de capital                                                    |                  | -              | -                  | -                          | -                | -                          | (21.236)                                     | (21.236)  |
| Aumento de capital                                                    |                  | -              | -                  | -                          | -                | -                          | 307                                          | 307       |
| Lucro líquido do exercício                                            | 20               | -              | -                  | -                          | 146.793          | 146.793                    | 55.364                                       | 202.157   |
| Destinação do lucro:                                                  |                  |                |                    |                            |                  |                            |                                              |           |
| Reserva legal                                                         | 20               | -              | 7.340              | -                          | (7.340)          | -                          | -                                            | -         |
| Dividendos adicionais de 2019 (R\$1,23 por lote de mil ações)         | 20               | -              | -                  | (117.000)                  | -                | (117.000)                  | (16.923)                                     | (133.923) |
| Dividendos adicionais de 2021 (R\$0,37 por lote de mil ações)         | 20               | -              | -                  | -                          | -                | -                          | (81)                                         | (81)      |
| Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 2,14 por ação)                   | 20               | -              | -                  | -                          | (34.863)         | (34.863)                   | (6.516)                                      | (41.379)  |
| Reserva de lucros                                                     | 20               | -              | -                  | 104.590                    | (104.590)        | -                          | -                                            | -         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>                               |                  | 294.000        | 48.650             | 347.138                    | -                | 689.788                    | 127.034                                      | 816.822   |
| Reorganização societária                                              |                  |                |                    |                            |                  |                            |                                              |           |
| Aumento de participação dos minoritários SFE                          |                  | -              | -                  | -                          | -                | -                          | 184                                          | 184       |
| Aumento de participação dos minoritários Sudene SFE                   |                  | -              | -                  | -                          | -                | -                          | 277                                          | 277       |
| Ajuste de participação dos minoritários                               |                  | -              | -                  | -                          | -                | -                          | 508                                          | 508       |
| Lucro líquido do exercício                                            | 20               | -              | -                  | -                          | 246.839          | 246.839                    | 50.184                                       | 297.023   |
| Destinação do lucro:                                                  |                  |                |                    |                            |                  |                            |                                              | -         |
| Reserva legal                                                         | 20               | -              | 10.150             | -                          | (10.150)         | -                          | -                                            | -         |
| Dividendos adicionais pagos de 2021 (R\$1,23 por lote de mil ações)   | 20               | -              | -                  | (140.428)                  | -                | (140.428)                  | (28.535)                                     | (168.963) |
| Dividendos adicionais a pagar de 2022 (R\$0,37 por lote de mil ações) | 20               | -              | -                  | -                          | -                | -                          | (11.621)                                     | (11.621)  |
| Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$ 2,14 por ação)  | 20               | -              | -                  | -                          | (59.172)         | (59.172)                   | (4.073)                                      | (63.245)  |
| Juros sobre capital próprio (R\$ 0,41 por lote de mil ações)          | 20               | -              | -                  | -                          | -                | -                          | (4.235)                                      | (4.235)   |
| Constituição de reserva de lucros                                     | 20               | -              | -                  | 177.517                    | (177.517)        | -                          | -                                            | -         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>                               |                  | 294.000        | 58.800             | 384.227                    | -                | 737.027                    | 129.723                                      | 866.750   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Global Participações em Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

|                                                                                                                                | Nota<br>explicativa | Controladora |           | Consolidado |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
|                                                                                                                                |                     | 2022         | 2021      | 2022        | 2021      |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais                                                                                     |                     |              |           |             |           |
| Lucro líquido do exercício                                                                                                     |                     | 246.839      | 146.793   | 297.023     | 202.157   |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: |                     |              |           |             |           |
| Depreciação e amortização                                                                                                      | 24                  | -            | -         | 91.980      | 82.158    |
| Valor residual na baixa de ativo imobilizado                                                                                   | 14                  | -            | -         | 11.279      | 93        |
| Variação cambial líquida não realizada                                                                                         | 25                  | -            | -         | 2.032       | (3.209)   |
| Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência                                         | 18 e 25             | -            | -         | 44.477      | 19.225    |
| Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos                                                            | 18 e 25             | -            | -         | 2.613       | 1.776     |
| Rendimento de depósitos bancários vinculados                                                                                   |                     | -            | -         | (2.662)     | (1.462)   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                                                                               | 22                  | -            | -         | 4.296       | (2.889)   |
| Provisão de risco judicial                                                                                                     |                     | -            | -         | 75          | -         |
| Atualização de juros do arrendamento mercantil financeiro                                                                      | 10 e 25             | -            | -         | (12.821)    | (16.543)  |
| Resultado da Equivalência Patrimonial                                                                                          | 13                  | (256.806)    | (147.692) | -           | -         |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais:                                                                                     |                     |              |           |             |           |
| Contas a receber                                                                                                               |                     | -            | -         | 52.466      | (85.334)  |
| Arrendamento mercantil a receber                                                                                               |                     | -            | -         | 62.582      | 62.667    |
| Estoques                                                                                                                       |                     | -            | -         | (9.960)     | (77.399)  |
| Impostos a recuperar e Imposto de renda e contribuição social a recuperar                                                      |                     | -            | 22        | (17.905)    | (169.444) |
| Outras contas a receber                                                                                                        |                     | (1.777)      | (436)     | 20.491      | 20.692    |
| Dividendos recebidos                                                                                                           |                     | 173.413      | 124.734   | -           | -         |
| Depósitos judiciais                                                                                                            |                     | -            | -         | (9)         | 535       |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais:                                                                                   |                     |              |           |             |           |
| Fornecedores                                                                                                                   |                     | 92           | 7         | (52.002)    | 40.683    |
| Impostos a recolher                                                                                                            |                     | 4.377        | (271)     | 60.008      | 150.124   |
| Obrigações sociais e trabalhistas                                                                                              |                     | 10           | -         | 634         | 1.103     |
| Outras contas a pagar                                                                                                          |                     | -            | -         | 42.577      | (2.901)   |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais                                                                             |                     | 166.148      | 123.157   | 597.174     | 222.032   |
| Impostos de renda e contribuição social pagos                                                                                  |                     | (1.920)      | -         | (30.101)    | (51.347)  |
| Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures                                                                     | 18                  | -            | -         | (48.001)    | (15.042)  |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais                                                                             |                     | 164.228      | 123.157   | 519.072     | 155.643   |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento                                                                                  |                     |              |           |             |           |
| Aquisição de imobilizado e intangível                                                                                          | 14 e 15             | -            | -         | (7.225)     | (68.920)  |
| Aplicações financeiras                                                                                                         |                     | -            | -         | 17.816      | 11.403    |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                                                                                    |                     | 4.741        | 3.587     | -           | -         |
| Ganhos ou perdas de participação societária                                                                                    |                     | -            | -         | (38)        | -         |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento                                                           |                     | 4.741        | 3.587     | 10.553      | (57.517)  |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento                                                                                 |                     |              |           |             |           |
| Aumento de capital social                                                                                                      | 21                  | -            | -         | 10          | 3.011     |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                                                                                    |                     | -            | -         | 7.362       | 3.663     |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures                                                                           | 18                  | -            | -         | -           | 239.301   |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos                                                                                      | 18                  | -            | -         | (351.308)   | (203.192) |
| Custo de captação adicionado                                                                                                   | 18                  | -            | -         | -           | (2.262)   |
| Dividendos pagos                                                                                                               | 21                  | (168.972)    | (126.737) | (204.981)   | (162.777) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento                                                                         |                     | (168.972)    | (126.737) | (548.917)   | (122.256) |
| Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa                                                                    |                     | (3)          | 7         | (19.292)    | (24.130)  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                                                                           |                     | 5            | 11        | 4           | 157.666   |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício                                                                              |                     | 5            | 8         | 11          | 138.374   |
| Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa                                                                    |                     | (3)          | 7         | (19.292)    | (24.130)  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

*(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Global Participações em Energia S.A. (“Companhia” ou “GPE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional.

A GPE possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2022:

- Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (“PIE”), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.
- A Companhia Energética Candeias (“CEC”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2008, com sede em Candeias, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as UTEs Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrentes do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Entrou em operação comercial em maio de 2010.
- Companhia Energética Potiguar (“CEP”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Macaíba - Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoelétricas (“UTE”) Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL.
- A São Francisco Energia S.A. (“SFE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Adquiriu da Petrobras em 2021 as Usinas Apoena, Guarani e Curumim, e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), transferida do antigo titular para a SFE por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021, e que autorizam a SFE a se estabelecer como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as referidas Unidades Termoelétricas.

- Companhia Energética Amazonense (“CEA”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Manaus - AM, atualmente não possui atividade operacional e trata-se de uma SPE criada pela GPE em função do Segundo Leilão de Reserva de Capacidade – Energia (“LRCE”), realizado em 30/09/2022, e dispõe do suprimento de gás local para o atendimento à sua geração. A UTE Manaus I, a gás natural, será instalada no município de Manaus, Estado do Amazonas. O projeto foi concebido para operação em ciclo combinado, sendo composto por duas turbinas a gás natural em ciclo combinado, com uma turbina a vapor e uma potência instalada total da usina de, aproximadamente, 162,9MW
- Camaçari RJ Participações S.A. (“CRJ”), sociedade por ações de capital fechado, com sede em Salvador - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.

A GPE possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2022:

- Companhia Energética Manauara (“CEM”), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoeletrica (“UTE”) com capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW, contando com uma quinta unidade motogeradora de contingência, nos termos Resolução Autorizativa ANEEL n.º 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no contrato firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas. A CEM também é responsável pela aquisição de insumos necessários para a geração, enquanto a Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural.

A Eletronorte é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à ANEEL.

- Água Limpa Energia S.A. (“AGL”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis – Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 422, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010, nos termos do Despacho ANEEL n.º 3.968, de 20 de dezembro de 2010, pelo prazo de 20 anos e vigência até 8 de novembro de 2033, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

- Areia Energia S.A. (“ARE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Dianópolis – Tocantins. Estabeleceu-se como PIE, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 421, de 23 de janeiro de 2006 e dispõe de uma pequena central hidrelétrica (“PCH”) no rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL n.º 838, de 24 de fevereiro de 2011, pelo prazo de 20 anos e vigência até 21 de janeiro de 2034, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da ANEEL, em conformidade com o previsto no § 1.º-A do Art. 2.º da Lei 12.783/2013.

Para as PCHs, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados no balanço regulatório, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação regulatória apurada por auditoria do Poder Concedente, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL.

### **1.1 Mecanismo de Realocação de Energia**

As controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). Essas controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

### **1.2 Repactuação de Riscos Hidrológicos**

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (“SP100”) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia.

Devido ao fato de que as controladas AGL e ARE aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos a 2015, houve a contabilização da reversão do custo do *Generation Scaling Factor - GSF* de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano.

Desde 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as controladas AGL e ARE contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e no montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação

assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio considerando as provisões do MRE na data base de 31 de dezembro de 2022 é positivo de R\$42 (negativo de R\$2.214 em 2021) para a ARE e negativo de R\$59 (negativo de R\$1.943 em 2021) para a AGL. As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. As controladas acompanham tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2022, foram reconhecidos nos resultados das controladas os montantes de R\$1.124 (R\$1.031, 2021) para a ARE e negativo de R\$1.504 (negativo de R\$1.381 em 2021) para a AGL, referente à provisão de receita do MRE de 2022, contabilizada líquida da despesa de apropriação do prêmio do risco hidrológico repactuado na rubrica de receita de vendas de energia.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182/2021 acerca da desestatização da Eletrobras, dentre outros temas. Em seu Art. 18, a referida lei alterou a Lei 13.203/2015 (Repactuação do Risco Hidrológico) no sentido de permitir a compensação de hidrelétricas participantes do MRE pelo GSF causado por hidrelétricas com prioridade de licitação e implantação antes de 2015 (data de início da repactuação de risco hidrológico firmada em 2016). Com base nesse novo marco legal, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxeram para as Companhias impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152 da ARE e de R\$ 5.565 da AGL. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias – ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Para aceitar essa compensação, o agente deveria requerer a extensão de sua outorga e renunciar a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, o que foram feitos pelas Companhias em outubro de 2021, com a apresentação do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga à ANEEL, dentro do prazo de 60 dias da publicação da Resolução Homologatória.

Apesar de a ANEEL ter homologado o valor calculado pela CCEE (R\$4.152 para ARE e R\$5.565 para AGL), as controladas apontaram para a agência a necessidade de recalculer o correspondente prazo de extensão de outorga (768 dias para ARE e 754 dias para AGL, segundo REH 2.932/2021), de modo a considerar o novo termo final da autorização, posto que este foi alterado pela Resolução Autorizativa nº 11.131/2022 ainda em fevereiro. O pedido de reconsideração da Companhia foi reconhecido pela ANEEL pelo Despacho nº 921, de 5 de abril de 2022, e a CCEE apresentou novos cálculos às áreas técnicas da agência. Entretanto, por razões de erros identificados em processos de outros agentes, até hoje não foi divulgado o novo prazo de extensão de outorga (necessariamente maior que os 768 dias para ARE e 754 dias para AGL originais), nem foi publicado o ato autorizativo com o devido ajuste do termo final da outorga das PCHs Areia e Água Limpa.

Desta maneira, as Companhias reconheceram um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 – ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 5,41% (6,93%, em 2021) para ARE até 25/02/2041 e 5,46% (7,05%, em 2021) para AGL ao ano até 21/12/2040. Em

dezembro de 2022, já havia sido amortizado o montante de R\$213 (R\$87, em 2021) na ARE e R\$287 (R\$116, em 2021) na AGL. Entende-se que o recálculo previsto do prazo de extensão não altera o valor do ativo intangível divulgado e reconhecido.

### **1.3 Continuidade Operacional**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia e suas controladas.

A controlada indireta Companhia Energética Manauara possui contrato de arrendamento com a Eletronorte encerrando em maio de 2025 quando, conforme previsto, terá que reverter todos os ativos atrelados ao contrato de arrendamento a arrendatária (nota explicativa 1). Adicionalmente, as controladas diretas CEC, CEP e SFE preveem o encerramento das operações das suas UTEs (i. Global I e Global II; ii. Potiguar e Potiguar III; e iii. Apoena, Guarani e Curumim, respectivamente) conforme encerramento dos contratos de CCEARs que ocorrerá a partir de 2023, com o último contrato de suprimento encerrando em 2025.

Além disso, em 31 de dezembro de 2022 a Controladora apresenta capital circulante negativo em R\$11.471 (Em 2021, R\$ 29.344) oriundos basicamente de dividendos a pagar, cuja liquidação está sobre controle do Grupo.

Baseado em sua análise, a Administração está convencida que, apesar de uma redução significativa de suas operações a partir de 2023, conforme mencionado acima, manterá as operações e investimentos necessários na AGL e ARE, como também continuará o desenvolvimento de negócios, como a UTE Manaus I na CEA, e a prospecção de novas oportunidades no setor energético. Adicionalmente, a Administração confirma que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores das operações com expectativa de encerramento, com base nas projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **Autorização da conclusão das demonstrações financeiras**

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas em 31 de março de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

### **Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### **Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente.

### ***Julgamento***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

A Companhia não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente

### ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação e realização do arrendamento mercantil financeiro, a recuperação do valor dos ativos, incluindo:

- Nota explicativa (“NE”) n.º 1 – Contexto Operacional - Continuidade Operacional (para as controladas SFE, CEC e CEP);
- NE n.º 10 – Arrendamento mercantil financeiro CPC06 (R2) (para a controlada CEM);

- NE n.º 11 – Tributos diferidos - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (para as controladas CEC e CEP);
- NE n.º 14 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) (para as controladas SFE, CEC e CEP);

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

### **Mensuração a valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade de revisar por meio de seus modelos todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

### **3 Sumário das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

#### **Base para consolidação**

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Controladora obteve controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora GPE, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial.

#### *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas, custos ou despesas não realizadas, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações como investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora nas controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### **Instrumentos financeiros**

##### *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

##### *Ativos Financeiros*

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor justo por meio de resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

##### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Inclui-se questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

*Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Passivos financeiros*

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

*Custo amortizado*

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

*Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço

patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **Caixa e equivalentes a caixa**

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **Contas a receber**

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### **Depósitos bancários vinculados**

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Controlada CEM. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

### **Arrendamento mercantil**

#### *Arrendador*

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro.

Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano,

que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

### **Estoques**

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor, e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **Imobilizado**

#### *Reconhecimento e mensuração*

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

#### *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

#### *Depreciação*

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### **Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

#### *Instrumentos financeiros*

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

#### *Instrumentos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

### **Intangível**

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 14.

Foi reconhecido um ativo intangível pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo (R\$ 4.152 – ARE e R\$ 5.565 - AGL), considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível. O valor está sendo amortizado à taxa de 5,41% (6,93%, em 2021) para ARE e 5,46% (7,05%, em 2021) para AGL ao ano até 25/02/2041 na ARE e 21/12/2040 na AGL. Em dezembro de 2022, já havia sido amortizado o montante de R\$213 (R\$87, em 2021) na ARE e R\$287 (R\$116, em 2021) na AGL. Ver nota explicativa n.º 1.

### ***Empréstimos, financiamentos e debêntures***

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

### **Subvenção e assistência governamentais**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A controlada CEM possui os benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC para reembolso da conversão dos motogeradores até o final do contrato e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

As controladas SFE, CEP, CEC e CEM gozam de benefício fiscal para investimento na Região Norte/Nordeste (SUDAM/SUDENE) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. As controladas SFE, CEP, CEC e CEM efetuaram a renovação dos benefícios em mais 10 anos. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

As controladas SFE, CEP, CEC e CEM fazem uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

### ***Benefício fiscal do ICMS***

A controlada CEP usufrui do benefício fiscal do ICMS / RN, de redução progressiva de alíquota sobre o consumo de óleo diesel na geração de energia termelétrica, podendo reduzir a alíquota de 18% para 12% ou 7% a depender do volume mensal consumido, conforme Art. 87, XVIII do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte (Decreto n.º 13.640/1997), dispositivo este incluído através do Decreto n.º 20.797/2008.

### **Imposto de renda e contribuição social - Corrente**

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas SFE, CEP, CEC e CEM, tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nos exercícios de 2021 e 2022, as controladas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

### **Imposto de renda e contribuição social – diferidos**

#### *Ativos e passivos fiscais diferidos*

O tributo diferido das controladas SFE, CEP, CEC e CEM são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os valores correspondentes usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

### **Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia e suas Controladas:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

### **Reconhecimento da receita**

O contrato de comercialização de energia elétrica é realizado no ambiente regulado, estando integralmente registrado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional.

#### *Para as controladas PCHs*

A comercialização de energia elétrica é realizada no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR, sendo resultado da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, de modo que o preço da energia foi estabelecido no processo licitatório e anualmente é reajustado por IGP-M. Os contratos Proinfa foram firmados com a Eletrobras que, por sua vez, possui os volumes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contabilização e liquidação do sistema interligado nacional. Os custos do Proinfa são rateados entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado.

As controladas ARE e AGL possuem receita fixa correspondente ao produto do preço pela energia contratada. Ocorre que as controladas ARE e AGL participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, onde é compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Deste modo, as medições do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e contabilizadas pelas Controladas ARE e AGL por competência e, ao fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido nas faturas do ano subsequente.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preço estabelecido no contrato com a Eletrobras, somado aos ajustes financeiros resultantes do MRE e contabilização na CCEE.

Os mecanismos explicados acima resultam em um tipo de fluxo de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia:** refere-se à integralidade da energia contratada pela Eletrobras (preço x energia contratada).

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### *Para as termoelétricas*

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável.

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização

de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os mecanismos explicados acima para as controladas CEP, CEC e SFE resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia contratada por disponibilidade** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.
- **Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em momento do tempo):** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

#### *Na controlada CEM*

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda da potência contratada** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa n.º 1.

- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

### **Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes**

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas Controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

| <b>Norma</b> | <b>Correlação IASB</b> | <b>Descrição da alteração</b>                                                                                                                             | <b>Vigência</b> |
|--------------|------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| CPC 25       | IAS 37                 | - Especificação de quais custos uma entidade deve incluir como custo de cumprimento de um contrato ao avaliar se um contrato é oneroso.                   |                 |
| CPC 27       | IAS 16                 | - Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo, no resultado. | 01/01/2022      |
| CPC 15 (R1)  | IFRS 3                 | - Referências à Estrutura Conceitual.                                                                                                                     |                 |
| CPC 37 (R1)  | IFRS 1                 | - Melhorias anuais às normas IFRS (IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41).                                                                                              |                 |
| CPC 48       | IFRS 9                 |                                                                                                                                                           |                 |
| CPC 29       | IAS 41                 |                                                                                                                                                           |                 |

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022, Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

| Correlação  |        | Descrição da alteração                                                                     | Vigência                                                               |
|-------------|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Norma       | IASB   |                                                                                            |                                                                        |
| CPC 11      | IFRS 4 | - Adiamento da Isenção temporária do CPC 48.                                               | 01/01/2023, exceto para os CPCs 47 e 48 que possuem vigência imediata. |
| CPC 47      | IFRS 1 | - Correção de inconsistência identificada no texto do Pronunciamento Técnico CPC 47.       |                                                                        |
| CPC 32      | IAS 34 | - Tributos diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. |                                                                        |
| CPC 23      | IFRS 3 | - Sobre definição e divulgações de Políticas Contábeis.                                    |                                                                        |
| CPC 26 (R1) | IAS 1  |                                                                                            |                                                                        |
| CPC 40 (R1) | IAS 8  |                                                                                            |                                                                        |
| CPC 49      | IFRS 7 |                                                                                            |                                                                        |
| CPC 21 (R1) | IAS 26 |                                                                                            |                                                                        |
| CPC 37 (R1) | IAS 12 |                                                                                            |                                                                        |

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em períodos futuros.

#### 4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

|                                               | Percentual de participação |          |        |          |
|-----------------------------------------------|----------------------------|----------|--------|----------|
|                                               | 2022                       |          | 2021   |          |
|                                               | Direta                     | Indireta | Direta | Indireta |
| <u>Holding</u>                                |                            |          |        |          |
| TEP - Termoeletrica Potiguar S.A.             | 89,6%                      | -        | 89,6%  | -        |
| <u>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</u> |                            |          |        |          |
| Água Limpa Energia S.A.                       | -                          | 62,2%    | -      | 62,2%    |
| Areia Energia S.A.                            | -                          | 62,2%    | -      | 62,2%    |
| <u>Termoeletricas (UTE)</u>                   |                            |          |        |          |
| Companhia Energética Potiguar                 | 89,0%                      | -        | 89,0%  | -        |
| Companhia Energética Candeias S.A.            | 89,0%                      | -        | 89,0%  | -        |
| Companhia Energética Manauara                 | -                          | 89,2%    | -      | 89,2%    |
| São Francisco Energia S.A.                    | 89,0%                      | -        | 89,8%  | -        |
| Camaçari RJ Participações S.A.                | 100%                       | -        | 100%   | -        |

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido da controlada e controladas indiretas foram eliminados na consolidação.

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

|                                         | Controladora |      | Consolidado |         |
|-----------------------------------------|--------------|------|-------------|---------|
|                                         | 2022         | 2021 | 2022        | 2021    |
| Caixa e bancos                          | 8            | 11   | 40          | 38      |
| Aplicações financeiras de alta liquidez | -            | -    | 138.334     | 157.628 |
| Total                                   | 8            | 11   | 138.374     | 157.666 |

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 70% a 113,86% da remuneração do CDI (70% a 113,86% da remuneração do CDI em 2021).

## 6 Aplicações financeiras

|                          | Consolidado |       |
|--------------------------|-------------|-------|
|                          | 2022        | 2021  |
| Banco do Brasil S.A. (a) | 6.263       | 6.093 |

Aplicação financeira de curto prazo da controlada CEM com o Banco do Brasil, eram vinculadas até outubro/2021 ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com este banco, conforme a nota explicativa n.º 16, lastreada em CDB remunerado à taxa fixa de 2,63% a.a. A partir de novembro/2021, a Companhia liquidou o financiamento e aplicou o valor em CDB com rendimento de 96% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI).

## 7 Contas a receber

|                   | Consolidado |         |
|-------------------|-------------|---------|
|                   | 2022        | 2021    |
| Valores a vencer  | 70.180      | 81.584  |
| Valores a faturar | 75.057      | 115.703 |
| Total             | 145.237     | 197.287 |

Para as controladas CEM e AGL e ARE, os saldos a receber são na sua totalidade com a Eletronorte e com a Eletrobras (Proinfra) e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

Para as controladas CEP, CEC e SFE os valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), na modalidade *spot*. Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência e valores a vencer correspondem as faturas já emitidas, porém no prazo de vencimento.

Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022, representando uma redução significativa em valores a receber em relação a 2021.

A Companhia avaliou os históricos de recebimentos de suas controladas e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações

realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

## 8 Impostos a recuperar

|                                | Consolidado   |               |
|--------------------------------|---------------|---------------|
|                                | 2022          | 2021          |
| PIS sobre ativo imobilizado    | 104           | 1.895         |
| PIS sobre faturamento          | 466           | 2.877         |
| COFINS sobre ativo imobilizado | 483           | 8.725         |
| COFINS sobre faturamento       | 17.452        | 13.232        |
| Outros                         | 45            | 81            |
| <b>Total</b>                   | <b>18.646</b> | <b>26.810</b> |
| Circulante                     | 17.487        | 23.947        |
| Não circulante                 | 1.159         | 2.863         |
| <b>Total</b>                   | <b>18.646</b> | <b>26.810</b> |

Os saldos de COFINS e PIS são oriundos, substancialmente, da controlada CEM e referem-se as retenções de recebimentos da Eletronorte, os quais são compensados com obrigações de tributos federais. Em função dos custos com a conversão dos motores, a Companhia utilizou créditos não cumulativos, acumulando as retenções na fonte da Eletronorte, iniciando suas compensações a partir de 2022.

Em 2022, a controlada CEM obteve a habilitação dos créditos tributários na Receita Federal do Brasil através dos processos decorrentes da decisão judicial, dos quais já foram parcialmente compensados através de PerDcomps em 2022.

A administração através de suas projeções entende que todo os saldos de impostos a recuperar serão compensados no transcorrer de 2023.

## 9 Estoques

|                                       | Consolidado    |                |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
|                                       | 2022           | 2021           |
| Combustível                           | 56.789         | 57.476         |
| Almoxarifado de peças para manutenção | 74.198         | 76.148         |
| Outros estoques                       | 2.264          | 462            |
| <b>Total</b>                          | <b>133.251</b> | <b>134.086</b> |

Embora não tenha sido solicitada a gerar em 2022, as controladas SFE, CEC e CEP mantêm seus estoques de combustível para atender a uma possível demanda de geração de energia.

Em contrapartida, as controladas SFE, CEC e CEP necessitaram programar suas manutenções preventivas no biênio 2021-2022, ainda decorrente da elevada geração em 2021, aumentando o estoque de sobressalentes para este fim.

As controladas SFE, CEC e CEP realizam inventários e inspeções regularmente e não identificaram a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

## 10 Arrendamento mercantil a receber

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 1, a controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

|                          | Consolidado |          |
|--------------------------|-------------|----------|
|                          | 2022        | 2021     |
| <u>Ano de vencimento</u> |             |          |
| 2022                     | -           | 62.583   |
| 2023                     | 62.485      | 62.485   |
| 2024                     | 62.385      | 62.385   |
| 2025                     | 26.178      | 26.178   |
| Subtotal                 | 151.048     | 213.631  |
| Ajuste ao valor presente | (13.781)    | (26.603) |
| Total                    | 137.267     | 187.028  |
| <br>                     |             |          |
| Circulante               | 62.485      | 62.583   |
| Não circulante           | 74.782      | 124.445  |
| Total                    | 137.267     | 187.028  |

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

|                                     |          |
|-------------------------------------|----------|
| Saldos em 01 de janeiro de 2021     | 233.152  |
| Reversão de ajuste a valor presente | 16.543   |
| Baixa por realização                | (62.667) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021    | 187.028  |
| Reversão de ajuste a valor presente | 12.821   |
| Baixa por realização                | (62.582) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022    | 137.267  |

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 12.821 (R\$ 16.543 em 2021).

### *Modificação dos motogeradores*

O aditivo contratual entre a controladora CEM e Eletronorte foi assinado em setembro de 2020, aprovando a conversão dos motogeradores, sendo essa a data efetiva de modificação do contrato de arrendamento conforme determina o CPC 06. A modificação do arrendamento financeiro não caracterizou um arrendamento separado (novo), como também, não gerou uma alteração de

classificação do arrendamento original para um contrato de arrendamento operacional. Diante dessas circunstâncias, o CPC 06 determina que o arrendador deva aplicar os requisitos do CPC 48 Instrumentos Financeiros, ou seja, avaliar se o instrumento financeiro original (a receber do arrendamento) sofreu modificação substancial qualitativa e quantitativa, ao ponto de ser considerado extinto, e consequentemente substituído por um novo instrumento financeiro mensurado ao valor justo.

A administração efetuou as devidas análises e concluiu que as características do contrato original foram mantidas e que não houve qualquer alteração no fluxo de caixa contratual original, desta forma a modificação não gerou impactos contábeis. No entanto, o aditivo contratual adiciona o serviço de conversão dos motogeradores que foi avaliado pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, em 2022 a controladora CEM reconheceu uma receita pela prestação de serviço atrelada a conversão no montante de R\$124.394 mais atualizações. No exercício de 2023 a controladora CEM não possui expectativa de reconhecer receita referente a esse tipo de prestação de serviço.

## 11 Outras contas a receber

|                                                | Controladora  |              | Consolidado    |                |
|------------------------------------------------|---------------|--------------|----------------|----------------|
|                                                | 2022          | 2021         | 2022           | 2021           |
| Eletrobras - CCC-ISOL (a)                      | -             | -            | -              | 640            |
| Prospecção de novos negócios (b)               | 10.334        | 7.843        | 10.334         | 7.843          |
| Adiantamento a funcionários                    | -             | -            | 47             | 10             |
| Adiantamento a fornecedor                      | -             | -            | 308            | 14.463         |
| Despesas antecipadas                           | -             | -            | 2.900          | 6.597          |
| Créditos tributários PERT (c)                  | 654           | 1.368        | -              | -              |
| MRE - Mecanismo de Realocação de Energia (d)   | -             | -            | 49             | 4.128          |
| Reembolso na conversão dos motores - CPC48 (e) | -             | -            | 50.154         | 72.162         |
| Mega Donty Investimentos em Energia S.A (f)    | -             | -            | 48.000         | -              |
| Outras contas a receber                        | -             | -            | 59             | 34             |
| <b>Total</b>                                   | <b>10.988</b> | <b>9.211</b> | <b>111.851</b> | <b>105.877</b> |
| Circulante                                     | 654           | 713          | 20.214         | 63.221         |
| Não circulante                                 | 10.334        | 8.498        | 91.637         | 42.656         |
| <b>Total</b>                                   | <b>10.988</b> | <b>9.211</b> | <b>111.851</b> | <b>105.877</b> |

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível era pago pela controlada CEM diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-ISOL e o gás natural é entregue a controlada CEM para industrialização por conta e ordem da Eletronorte, não sendo um custo do processo.
- (b) Refere-se a prospecção de novos negócios da GPE em busca da continuidade operacional dos negócios.
- (c) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária.

- (d) Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2020 as controladas AGL e ARE tiveram balanço positivo das operações do MRE, Mercado de Curto Prazo e repactuação do risco hidrológico, registrando, portanto, uma receita na rubrica “MRE”. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IPCA.
- (e) A Companhia implantou com a conversão dos motores em 2021 o CPC48 – Instrumentos Financeiros, onde todos os custos da conversão foram reconhecidos no resultado à medida que cada motor convertido entrava em operação, da mesma maneira, um crédito da conversão dos motores referente ao reembolso da CCC foram reconhecidos no contas a receber como prestação de serviços à Wartsila e avaliada pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, que serão recebidos mensalmente até maio/2025.
- (f) Refere-se ao um investimento realizado na startup Mega Donty Investimentos em Energia S.A. (“Mega”) através da aquisição de 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais) em 02 de dezembro de 2022 e vencimento em 02 de dezembro de 2042. A Emissão é realizada com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária de acionistas da Mega realizada em 24 de outubro de 2022, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 21 de novembro de 2022 e publicada no Diário Oficial do Estado e no jornal "Diário Comercial" em 28 de novembro de 2022.

## 12 Investimentos

### Participação em sociedades controladas

| 2022          |                     |                     |                |                    |            |               |
|---------------|---------------------|---------------------|----------------|--------------------|------------|---------------|
|               | Quantidade de ações | Participação da GPE | Capital Social | Patrimônio Líquido | Dividendos | Lucro líquido |
| TEP           | 106.002.000         | 89,6%               | 106.002        | 191.774            | (103.846)  | 83.393        |
| CEC           | 51.426.993          | 89,0%               | 135.771        | 415.267            | (110.517)  | 82.348        |
| CEP           | 37.554.721          | 89,0%               | 41.913         | 154.772            | -          | 16.797        |
| São Francisco | 3.000.000           | 89,0%               | 3.000          | 80.392             | (36.609)   | 105.413       |
| Camaçari RJ   | 930                 | 100,0%              | 830            | (442)              | -          | (30)          |
| CEA           | 100.000             | 100,0%              | 10             | 9                  | -          | (1)           |

| 2021          |                     |                     |                |                    |            |               |
|---------------|---------------------|---------------------|----------------|--------------------|------------|---------------|
|               | Quantidade de ações | Participação da GPE | Capital Social | Patrimônio Líquido | Dividendos | Lucro líquido |
| TEP           | 106.002.000         | 89,6%               | 106.002        | 212.227            | (20.150)   | 74.442        |
| CEC           | 51.426.993          | 89,0%               | 135.771        | 443.436            | (26.207)   | 95.265        |
| CEP           | 37.554.721          | 89,0%               | 41.913         | 137.975            | (66.879)   | (5.734)       |
| São Francisco | 3.000.000           | 89,8%               | 3.000          | 8.607              | (1.746)    | 7.353         |
| Camaçari RJ   | 930                 | 100,0%              | 830            | (412)              | -          | (37)          |

Movimentação dos investimentos em controladas:

**Global Participações em Energia S.A.**  
*Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
em 31 de dezembro de 2022*

|                                         | Controladas |          |          |          |             |     |         |       |
|-----------------------------------------|-------------|----------|----------|----------|-------------|-----|---------|-------|
|                                         | TEP         | CEC      | CEP      | SFE      | Camaçari RJ | CEA | GFM     | GFT   |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020         | 188.026     | 333.197  | 169.724  | (11)     | (375)       | -   | -       | -     |
| Reorganização societária                | (27.944)    | -        | -        | -        | -           | -   | (1.038) | (243) |
| Aumento de capital social               | 2           | -        | -        | 2.705    | -           | -   | -       | -     |
| Reversão do benefício Sudene            | -           | -        | 17.699   | -        | -           | -   | -       | -     |
| Reversão de dividendos a pagar          | (12.033)    | -        | -        | -        | -           | -   | -       | -     |
| Resultado de equivalência patrimonial   | 60.163      | 84.785   | (5.103)  | 6.603    | (37)        | -   | 1.038   | 243   |
| Dividendos recebidos                    | (18.054)    | (23.324) | (59.522) | (1.568)  | -           | -   | -       | -     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021         | 190.160     | 394.658  | 122.798  | 7.729    | (412)       | -   | -       | -     |
| Aquisição de participação societária    | -           | -        | -        | -        | -           | 10  | -       | -     |
| Ajuste de preço da Petrobras            | -           | -        | -        | 542      | -           | -   | -       | -     |
| Venda de ações para Alexandre e Mario   | -           | -        | -        | (184)    | -           | -   | -       | -     |
| Perda de participação societária        | -           | -        | -        | (79)     | -           | -   | -       | -     |
| Reconhecimento do benefício Sudene 2021 | -           | -        | -        | 2.240    | -           | -   | -       | -     |
| Resultado de equivalência patrimonial   | 74.720      | 73.289   | 14.949   | 93.879   | (30)        | (1) | -       | -     |
| Dividendos recebidos                    | (93.046)    | (98.359) | -        | (32.582) | -           | -   | -       | -     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022         | 171.834     | 369.588  | 137.747  | 71.545   | (442)       | 9   | -       | -     |

## 13 Imobilizado

|                                        | Consolidado |                                               |                        |                            |                                          |                               |                                                 |                         |          |                             |           |
|----------------------------------------|-------------|-----------------------------------------------|------------------------|----------------------------|------------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------|----------|-----------------------------|-----------|
|                                        | Terrenos    | Edificações,<br>obras civis e<br>benfeitorias | Móveis e<br>utensílios | Máquinas e<br>equipamentos | Reservatório,<br>barragens e<br>adutoras | Computadores e<br>periféricos | Adiantamento de<br>fornecedor e<br>Almoxarifado | Imobilizado<br>em curso | Veículos | Monstagens e<br>instalações | Total     |
| Taxa de depreciação anual              | 4,34%(*)    | 4,16%(*)                                      | 10%                    | 8,26%(*)                   | 4,37%(*)                                 | 20%                           | (a)                                             | -                       | 20%      | 20%                         |           |
| <u>Custo corrigido</u>                 |             |                                               |                        |                            |                                          |                               |                                                 |                         |          |                             |           |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020       | 5.591       | 284.298                                       | 1.971                  | 695.848                    | 97.226                                   | 2.245                         | 106.483                                         | 7.792                   | 190      | 1.888                       | 1.203.532 |
| Adições                                | 3.641       | 3.768                                         | 88                     | 45.948                     | -                                        | 411                           | -                                               | 827                     | -        | 3.017                       | 57.700    |
| Baixa                                  | -           | (38)                                          | (2)                    | (13)                       | -                                        | (33)                          | -                                               | (21)                    | -        | -                           | (107)     |
| Transferências                         | -           | (196)                                         | 28                     | 657                        | -                                        | 241                           | (71.725)                                        | (730)                   | -        | -                           | (71.725)  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021       | 9.232       | 287.832                                       | 2.085                  | 742.440                    | 97.226                                   | 2.864                         | 34.758                                          | 7.868                   | 190      | 4.905                       | 1.189.400 |
| Adições                                | 202         | 403                                           | 105                    | 2.637                      | -                                        | 310                           | 22.079                                          | 435                     | -        | 206                         | 26.377    |
| Baixa                                  | (688)       | (1.647)                                       | (17)                   | (18.924)                   | -                                        | (49)                          | (21.574)                                        | (48)                    | -        | (1.421)                     | (44.368)  |
| Transferências                         | 7.041       | 3.017                                         | 145                    | (1.111)                    | -                                        | 202                           | (1.843)                                         | (7.578)                 | (14)     | 141                         | -         |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022       | 15.787      | 289.605                                       | 2.318                  | 725.042                    | 97.226                                   | 3.327                         | 33.420                                          | 677                     | 176      | 3.831                       | 1.171.409 |
| <u>Depreciação acumulada</u>           |             |                                               |                        |                            |                                          |                               |                                                 |                         |          |                             |           |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020       | (598)       | (80.257)                                      | (1.254)                | (305.495)                  | (44.070)                                 | (1.519)                       | -                                               | -                       | (121)    | (541)                       | (433.855) |
| Adições                                | (57)        | (11.978)                                      | (171)                  | (61.356)                   | (4.248)                                  | (361)                         | -                                               | -                       | (25)     | (311)                       | (78.507)  |
| Baixa                                  | -           | -                                             | 1                      | -                          | -                                        | 13                            | -                                               | -                       | -        | -                           | 14        |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021       | (655)       | (92.235)                                      | (1.424)                | (366.851)                  | (48.318)                                 | (1.867)                       | -                                               | -                       | (146)    | (852)                       | (512.348) |
| Adições                                | (34)        | (12.780)                                      | (216)                  | (71.419)                   | (1.735)                                  | (434)                         | -                                               | -                       | (12)     | (1.020)                     | (87.650)  |
| Baixa                                  | -           | -                                             | 18                     | 44                         | -                                        | 26                            | -                                               | -                       | -        | -                           | 88        |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022       | (689)       | (105.015)                                     | (1.622)                | (438.226)                  | (50.053)                                 | (2.275)                       | -                                               | -                       | (158)    | (1.872)                     | (599.910) |
| Saldos líquidos 31 de dezembro de 2022 | 15.098      | 184.590                                       | 696                    | 286.816                    | 47.173                                   | 1.052                         | 33.420                                          | 677                     | 18       | 1.959                       | 571.499   |
| Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021 | 8.577       | 195.597                                       | 661                    | 375.589                    | 48.908                                   | 997                           | 34.758                                          | 7.868                   | 44       | 4.053                       | 677.052   |

- (\*) As controladas AGL, ARE e SFE realizam o cálculo da depreciação acumulada por meio das taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente e/ou contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As controladas CEC e CEP adotaram as taxas médias anuais de depreciação fixadas por laudo emitido pela vida útil econômica dos seus ativos.
- a) Transferência do Imobilizado para adiantamento a fornecedor dos adiantamentos já baixados referente a conversão dos motores e registrados como custos operacionais. Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 – Imobilizado, item 8.

### **Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)**

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

Para as controladas SFE, CEC e CEP a Companhia identificou triggers de possível redução do valor recuperável de seus ativos decorrente do encerramento de operações de UTEs que ocorrerão a partir de 2023 até 2025.

Assim, a Administração estimou o valor recuperável das UGCs (as UTEs) em 2022. Os valores recuperáveis foram estimados com base no seu valor em uso, assumindo o fim de cada operação de acordo com a data final de cada CCEARs.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso;
- Determinação dos fluxos de caixa: Resultado operacional, capital de giro e investimentos;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da operação comercial;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado “WACC”. Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor recuperável de cada UGC era como segue:

|                             | Consolidado    |                   |
|-----------------------------|----------------|-------------------|
|                             | Valor contábil | Valor recuperável |
| <i>Em milhares de Reais</i> |                |                   |
| UTE CEC                     | 369.931        | 478.715           |
| UTE CEP                     | 46.821         | 148.407           |
| UTE SFE                     | 27.410         | 350.287           |

A Companhia e suas controladas continuarão a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

## 14 Intangível

|                                 |                             | 2022          |                       | 2021          |               |
|---------------------------------|-----------------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
|                                 | Taxas anuais de amortização | Custo         | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| <u>Consolidado</u>              |                             |               |                       |               |               |
| Direito de uso de software      | 20%                         | 2.601         | (2.363)               | 238           | 515           |
| Direito de passagem - servidões | 4,8%                        | 1.797         | (1.534)               | 263           | 390           |
| Direitos de outorga             | 4,8%                        | 4.100         | (2.337)               | 1.763         | 1.959         |
| Direito das autorizações        | 8,1% e 8,3%                 | 9.717         | (702)                 | 9.015         | 9.515         |
| Direito de contratos - clientes | 7,3%                        | 653           | (361)                 | 292           | 1.098         |
| Outros                          |                             | 7.055         | (4.703)               | 2.352         | 4.703         |
| Total                           |                             | <u>25.923</u> | <u>(12.000)</u>       | <u>13.923</u> | <u>18.180</u> |

A movimentação do intangível está assim apresentada:

|                                 | <u>Consolidado</u> |
|---------------------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 10.027             |
| Adições                         | 11.220             |
| Amortização                     | <u>(3.067)</u>     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 18.180             |
| Adições                         | 23                 |
| Baixa                           | (488)              |
| Amortização                     | <u>(3.792)</u>     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | <u>13.923</u>      |

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos pela TEP conforme “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzidos da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

O direito de autorizações, formado pela extensão das autorizações da resolução homologatória 2.932/2021, está sendo amortizado à taxa de 5,46%a.a. (AGL) e 5,41%a.a. (ARE) e 7,05%a.a. (AGL) e 6,93%a.a. (ARE), em 2021, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 21/12/2040 (AGL) e 25/02/2041 (ARE). Ver nota explicativa n.º 1 para mais informações.

Na controlada CEC os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano, enquanto o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizado à taxa de 15,03% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 2024.

## 15 Fornecedores

|                                                               | Controladora |      | Consolidado |        |
|---------------------------------------------------------------|--------------|------|-------------|--------|
|                                                               | 2022         | 2021 | 2022        | 2021   |
| ABB Automação Ltda                                            | -            | -    | -           | 234    |
| Amazonia Transportes                                          | -            | -    | 530         | 501    |
| Arapongas Mecanica Naval e Ind                                | -            | -    | -           | 229    |
| Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia                  | -            | -    | 2.104       | -      |
| Companhia Energética do Rio Grande do Norte                   | -            | -    | 834         | 699    |
| Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a) | -            | -    | 2.940       | 3.148  |
| Cummins Vendas e Serviços                                     | -            | -    | -           | 1.143  |
| DCCO Soluções em energia                                      | -            | -    | -           | 890    |
| Diesel Expert Quebec                                          | -            | -    | -           | 213    |
| Engenharia São Patrício                                       | -            | -    | 103         | 92     |
| Erhard Luttkau Gmbh                                           | -            | -    | -           | 420    |
| Fator Segurança S.A.                                          | -            | -    | -           | 1.505  |
| Gera Geradora de Energia do Amazonas                          | -            | -    | 85          | 85     |
| Global Engenharia Ltda (b)                                    | -            | -    | 7.404       | 9.004  |
| Hyundai Heavy Ind. CO Ltd.                                    | -            | -    | -           | 3.699  |
| Instituto de Tecnologia P O Desenvolvimento                   | -            | -    | -           | 342    |
| Mam Engenharia Ltda                                           | -            | -    | 242         | -      |
| ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico                     | -            | -    | 4.041       | 4.014  |
| Petrobras Distribuidora S.A. (c)                              | -            | -    | 425         | 24.552 |
| Prefeitura Municipal de Camaçari                              | -            | -    | -           | 2.179  |
| Simple Energy Comercializadora S.A.                           | -            | -    | 3.228       | 3.824  |
| Sotreq S.A.                                                   | -            | -    | 1           | 8.356  |
| Starr Internacional Brasil Seg                                | -            | -    | -           | 2.845  |
| Total Lubrificantes do Brasil Ltda                            | -            | -    | -           | 1.850  |
| Vibra Energia S.A.                                            | -            | -    | 846         | -      |
| Wartsila (Brasil e Filandia)                                  | -            | -    | 1.441       | 2.233  |
| Outros fornecedores                                           | 99           | 7    | 2.218       | 4.841  |
| Total                                                         | 99           | 7    | 26.442      | 76.898 |
| Circulante                                                    | 99           | 7    | 26.442      | 76.843 |
| Não circulante                                                | -            | -    | -           | 55     |
| Total                                                         | 99           | 7    | 26.442      | 76.898 |

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030 (AGL) e 24/02/2031 (ARE).
- (b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE 17.
- (c) Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022, representando uma redução significativa na aquisição de combustível para este fim do fornecedor Vibra (antiga Petrobras Distribuidora S.A.).

## 16 Saldos e transações com partes relacionadas

|                                                               | Controladora  |               |               |              |
|---------------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
|                                                               | 2022          |               | 2021          |              |
|                                                               | Ativo         | Passivo       | Ativo         | Passivo      |
| <u>Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (a)</u> |               |               |               |              |
| Companhia Energética Candeias                                 | 47.645        | -             | 26.511        | -            |
| TEP Termoeletrica Potiguar S.A.                               | 46.850        | -             | 15.841        | -            |
| São Francisco Energia S.A.                                    | -             | -             | 1.568         | -            |
|                                                               | <u>94.495</u> | <u>-</u>      | <u>43.920</u> | <u>-</u>     |
| <u>Adiantamento para futuro aumento de capital (b)</u>        |               |               |               |              |
| Camaçari RJ S.A.                                              | 750           | -             | 659           | -            |
| Jones Aranha de Sá                                            | -             | 12.320        | -             | 4.958        |
| Total                                                         | <u>750</u>    | <u>12.320</u> | <u>659</u>    | <u>4.958</u> |
| Circulante                                                    | 94.495        | -             | 43.920        | -            |
| Não Circulante                                                | 750           | 12.320        | 659           | 4.958        |
| Total                                                         | <u>95.245</u> | <u>12.320</u> | <u>44.579</u> | <u>4.958</u> |

- (a) Refere-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber das controladas.
- (b) Refere-se a instrumento particular sem encargos financeiros de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2023, o qual será integralizado ao capital em 2024.

| Ref.                                               | Encargos incidentes | Consolidado   |               |                 |               |              |                 |
|----------------------------------------------------|---------------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|--------------|-----------------|
|                                                    |                     | 2022          |               |                 | 2021          |              |                 |
|                                                    |                     | Ativo         | Passivo       | Resultado       | Ativo         | Passivo      | Resultado       |
| <u>Mútuo</u>                                       |                     |               |               |                 |               |              |                 |
| RPE - Produtora de Energia Eletrica (c)            | IGPM                | 11.116        | -             | 1.670           | 28.932        | -            | 5.373           |
| Total                                              |                     | <u>11.116</u> | <u>-</u>      | <u>1.670</u>    | <u>28.932</u> | <u>-</u>     | <u>5.373</u>    |
| <u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u> |                     |               |               |                 |               |              |                 |
| Jones Aranha de Sá (d)                             | sem encargos        | -             | 12.320        | -               | -             | 4.958        | -               |
| Total                                              |                     | <u>-</u>      | <u>12.320</u> | <u>-</u>        | <u>-</u>      | <u>4.958</u> | <u>-</u>        |
| Circulante                                         |                     | -             | -             |                 | -             | -            |                 |
| Não Circulante                                     |                     | 11.116        | 12.320        |                 | 28.932        | 4.958        |                 |
| Total                                              |                     | <u>11.116</u> | <u>12.320</u> |                 | <u>28.932</u> | <u>4.958</u> |                 |
| <u>Fornecimento de serviços</u>                    |                     |               |               |                 |               |              |                 |
| Global Engenharia Ltda. (e)                        | sem encargos        | -             | 3.056         | (38.257)        | -             | 5.808        | (67.953)        |
| Total                                              |                     | <u>-</u>      | <u>3.056</u>  | <u>(38.257)</u> | <u>-</u>      | <u>5.808</u> | <u>(67.953)</u> |

- (c) Valores emprestados nas controladas AGL e ARE de acordo com “Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos” firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia, com vencimento em 14/11/2023.

- (d) Refere-se a instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital assinado durante o ano de 2023, o qual será integralizado ao capital em 2024.
- (e) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M das usinas CEP, CEC e SFE.

**Remuneração de dirigentes**

Os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

## **17 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

|                                      | Vencimento<br>principal | Taxas efetiva | Consolidado |            |                   |         |         |
|--------------------------------------|-------------------------|---------------|-------------|------------|-------------------|---------|---------|
|                                      |                         |               | Encargos    | Circulante | Não<br>circulante | 2022    | 2021    |
| Bradesco S.A. Debentures (a)         | dez/23                  | CDI +         | 327         | 130.712    | -                 | 131.039 | 298.194 |
| (-) Custos de transação              |                         | 2,56%a.a.     | -           | (1.818)    | -                 | (1.818) | (3.704) |
| Subtotal                             |                         |               | 327         | 128.894    | -                 | 129.221 | 294.490 |
| Banco do Brasil - CCB (b)            | out/23                  | CDI +         | 790         | 65.545     | -                 | 66.335  | 110.387 |
| (-) Custos de transação              |                         | 2,33%a.a.     | -           | (427)      | -                 | (427)   | (994)   |
| Subtotal                             |                         |               | 790         | 65.118     | -                 | 65.908  | 109.393 |
| Banco Santander S.A. (c)             | fev/22                  | 1,38%a.m.     | -           | -          | -                 | -       | 83.486  |
| (-) Custos de transação              |                         |               | -           | -          | -                 | -       | -       |
| Subtotal                             |                         |               | -           | -          | -                 | -       | 83.486  |
| Banco ABC (d)                        | jun/22                  | CDI +         | -           | -          | -                 | -       | 17.978  |
| (-) Custos de transação              |                         | 0,26%a.m.     | -           | -          | -                 | -       | -       |
| Subtotal                             |                         |               | -           | -          | -                 | -       | 17.978  |
| Banco Itaú BBA S.A. - debêntures (e) | abr/22                  | CDI +         | -           | -          | -                 | -       | 42.166  |
| (-) Custos de Transação              |                         | 1,10%a.a.     | -           | -          | -                 | -       | (165)   |
| Subtotal                             |                         |               | -           | -          | -                 | -       | 42.001  |
| Total                                |                         |               | 1.117       | 194.012    | -                 | 195.129 | 547.348 |
| Circulante                           |                         |               | 1.117       | 194.012    | -                 | 195.129 | 323.162 |
| Não circulante                       |                         |               | -           | -          | -                 | -       | 224.186 |
| Total                                |                         |               | 1.117       | 194.012    | -                 | 195.129 | 547.348 |

- (a) Em 25 de outubro de 2021, na controlada TEP, foi assinado o contrato de emissão referente a 76.500 debêntures (GFM) e 80.100 debêntures (GFT), emitidas na 1.<sup>a</sup> emissão de série única com o Banco Bradesco BBI S.A. no valor de R\$1 cada, totalizando R\$ 76.500 (GFM) e R\$ 80.100 (GFT) com vencimento em 30 de novembro de 2023, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,06% ao ano. Em 06 de dezembro de 2021 ocorreu o 1.<sup>o</sup> aditivo ao contrato de debêntures, alterando a definição da Escritura de Emissão, em razão da convocação da espécie das debêntures para “com garantia real”. Em 10 de janeiro de 2022, ocorreu o 2.<sup>o</sup> aditivo ao contrato de debêntures, em razão da incorporação das empresas GFM Participações S.A. e da GFT Participações S.A., conforme atos societários de 23 de dezembro de 2021, passando a TEP a ser a emissora das debêntures e, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> emissão de série única da Companhia.

Na controlada SFE, em 29 de novembro de 2021, foi assinado o contrato de emissão referente a 138.000 debêntures, emitidas na 1.<sup>a</sup> emissão de série única, com o Banco Bradesco BBI S.A. no valor de R\$1 cada, totalizando R\$138.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,56% ao ano.

- (b) Na controlada CEM, a Cédula de Crédito Bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000 para a viabilização da conversão dos

motores para uso exclusivo de gás natural como combustível e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais juros fixos de 2,33% ao ano.

- (c) Na controlada CEC, em 09 de novembro de 2021, houve aquisição de combustível à vista com a Petrobras Distribuidora S.A, financiada pelo Banco Santander, via *confirming*, com taxa de 1,38% a.m, com parcelas vencendo em janeiro e fevereiro de 2022, do qual foi totalmente quitado em 2022.
- (d) Na controlada CEC, o contrato de conta garantida assinado em 04 de agosto de 2021 com o Banco ABC S.A., dando a possibilidade de captar recurso máximo de R\$ 30 milhões com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 0,2600% ao mês. Os encargos são cobrados mensalmente e as amortizações podem acontecer a qualquer momento, até a data do vencimento em 13 de junho de 2022. Em 28 de abril de 2022 foi amortizado o montante de R\$3.500, em 04 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 1.500, em 12 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 5.000, em 23 de maio de 2022 foi amortizado o montante de 2.500, em 31 de maio de 2022 foi amortizado o montante de R\$400, em 06 de junho de 2022 foi amortizado o montante de R\$3.300 e por fim em 10 de junho de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 1.615, encerrando a dívida, do qual foi totalmente quitado em 2022.
- (e) Na controlada CEC, em 12 de março de 2020, foi assinado o contrato de emissão referente a 16.280 debêntures, na 5.<sup>a</sup> emissão de série única com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R\$10.000,00 cada, totalizando R\$162.800.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2022, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 1,10% ao ano, do qual foi totalmente quitado em 2022.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

|                                               | Circulante | Não circulante | Total     |
|-----------------------------------------------|------------|----------------|-----------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020              | 167.483    | 184.993        | 352.476   |
| Captação de empréstimos                       | 395.901    | -              | 395.901   |
| Juros e variações monetárias provisionadas    | 19.225     | -              | 19.225    |
| Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência | (15.042)   | -              | (15.042)  |
| Aquisição dos custos de captação              | (3.796)    | -              | (3.796)   |
| Amortização dos custos de captação            | 1.776      | -              | 1.776     |
| Transferências                                | (39.193)   | 39.193         | -         |
| Pagamentos de principal                       | (203.192)  | -              | (203.192) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021              | 323.162    | 224.186        | 547.348   |
| Juros e variações monetárias provisionadas    | 44.477     | -              | 44.477    |
| Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência | (48.001)   | -              | (48.001)  |
| Amortização dos custos de captação            | 2.613      | -              | 2.613     |
| Transferências                                | 224.186    | (224.186)      | -         |
| Pagamentos de principal                       | (351.308)  | -              | (351.308) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022              | 195.129    | -              | 195.129   |

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|--------------------------|-------------|-------------|
| 2022                     | -           | -           |
| 2023                     | -           | 224.186     |
| Total                    | -           | 224.186     |

### **Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”**

*TEP Termoeletrica Potiguar S.A.*

Foi firmado um contrato de Penhor de Direito de Crédito com a Água Limpa Energia S.A e Areia Energia S.A (“contrato de Garantia”) outorgando ao debenturista o direito de 70% dos recebíveis dos contratos de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004 e 037/2004.

Foram firmados, também, dois contratos de alienação fiduciária de ações, pelos quais a TEP dá em garantia 50.000 ações, referentes à CEM e a GPE dá em garantia 106.000 ações, referentes à TEP ao debenturista.

| <b>Tipo do<br/>Financiamento</b> | <b>Garantias</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Debêntures                       | 1 – Penhor de 70% dos direitos creditórios, de titularidade da Água Limpa e Areia Energia; 2- Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da CEM de titularidade da TEP; 3 - Alienação Fiduciária de ações equivalente a totalidade das ações de emissão da TEP de titularidade da GPE. |

### ***Companhia Energética Manauara***

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- (a) Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Companhia transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “*pro-solvendo*” e sob condição resolutiva, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

| <b>Tipo do Financiamento</b> | <b>Garantias</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CCB                          | 1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2- Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes 3- Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos 4- Alienação fiduciária dos bens em garantias 5- Seguros dos bens em garantias 6 – Aval da TEP Termoeletrica Potiguar S.A. |

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*, conforme apresentado a seguir:

| <b>Cláusula restritiva<br/><i>covenant</i></b> | <b>Requerimentos</b>                                                                                                                                    | <b>Instituição</b> |
|------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Cédula de Crédito Bancária                     | Conta Reserva com recurso mínimo de R\$ 6.000.000,00<br>Relação de dívida financeira líquida/EBITDA (ajustado efeito caixa do CPC06(R2)) inferior a 2,5 | BB                 |

*São Francisco Energia S.A.*

- Cessão Fiduciária de direitos creditórios de recebíveis (Usinas Guarani, Apoená e Curumim);
- Alienação de 4 (quatro) imóveis de propriedade da emissora (Matrículas 5.575; 4.873; 4.860 e 6.910)
- Alienação Fiduciária das ações da SFE de titularidade da GPE e dos acionistas minoritários.

Em 2022, o *covenant* financeiro do contrato das debêntures com o banco Bradesco previa a manutenção do índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em valor maior ou igual a 1,2 vezes no fim do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2022, todos os *covenants* foram cumpridos.

## 18 Obrigações tributárias

|                                                               | Controladora |           | Consolidado   |               |
|---------------------------------------------------------------|--------------|-----------|---------------|---------------|
|                                                               | 2022         | 2021      | 2022          | 2021          |
| INSS serviços de terceiros                                    | -            | -         | 484           | 899           |
| PIS - Programa de integração social                           | 257          | -         | 1.238         | 559           |
| COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | 1.183        | -         | 5.741         | 2.575         |
| PIS/COFINS/CSLL retidos                                       | 18           | 9         | 358           | 699           |
| ICMS e DIFAL                                                  | -            | -         | 3.198         | 5.151         |
| Parcelamentos tributários (a)                                 | -            | -         | 1.035         | 1.803         |
| Outros tributos a recolher                                    | 1            | 1         | 193           | 406           |
| Total                                                         | <u>1.459</u> | <u>10</u> | <u>12.247</u> | <u>12.092</u> |
| Circulante                                                    | 1.459        | 10        | 11.961        | 11.057        |
| Não circulante                                                | -            | -         | 286           | 1.035         |
| Total                                                         | <u>1.459</u> | <u>10</u> | <u>12.247</u> | <u>12.092</u> |

- (a) Em 10 de julho de 2019, a controlada CEP aderiu a parcelamento ordinário por meio de um pedido espontâneo, parcelando o débito com a RFB – Receita Federal do Brasil em 60 parcelas iguais e consecutivas por meio de débito em conta.

## 19 Provisão para processos judiciais

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

### *Movimentação das contingências perdas prováveis consolidada*

|                        | 2021 | Adições | Reversões | Encargos | Pagamentos | 2022 |
|------------------------|------|---------|-----------|----------|------------|------|
| Processos trabalhistas | 477  | 309     | -         | -        | -          | 786  |
| Processos tributários  | -    | -       | -         | -        | -          | -    |
| Processos ambientais   | -    | -       | -         | -        | -          | -    |
| Processos cíveis       | -    | 75      | -         | -        | -          | 75   |
| Total                  | 477  | 384     | -         | -        | -          | 861  |

### **Para CEP**

O processo avaliado, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requer a necessidade de provisão seria: processo de natureza cível no montante de R\$78.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, os processos avaliados como perdas prováveis, requerendo o provisionamento, foram: processos de natureza cível no montante de R\$75 e de natureza tributária R\$477.

### *Depósito judicial*

Trata-se de execução de título extrajudicial ajuizada pela B2A no processo de natureza cível no montante de R\$89 e do processo de natureza tributária no montante de R\$130.

### *Movimentação das contingências perdas prováveis*

|                        | 2021 | Adições | Reversões | Encargos | Pagamentos | 2022 |
|------------------------|------|---------|-----------|----------|------------|------|
| Processos trabalhistas | 477  | -       | -         | -        | -          | 477  |
| Processos tributários  | -    | -       | -         | -        | -          | -    |
| Processos ambientais   | -    | -       | -         | -        | -          | -    |
| Processos cíveis       | -    | 75      | -         | -        | -          | 75   |
| Total                  | 477  | 75      | -         | -        | -          | 552  |

### **Para CEC**

Os processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requer a necessidade de provisão seriam: processos de natureza trabalhista no montante de R\$1.262, de natureza cível no montante de R\$76 e de natureza tributária no montante de R\$1.296.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, os processos avaliados como perdas prováveis, requerendo o provisionamento, foram: processos de natureza trabalhista no montante de R\$309.

### *Depósito judicial*

Trata-se de valor referente à interposição de Recurso Ordinário, por parte da Companhia, no curso de reclamação trabalhista. Permanece em depósito judicial o montante de R\$11. Possibilidade de perda remota.

*Movimentação das contingências perdas prováveis*

|                        | 2021 | Adições | 2022 |
|------------------------|------|---------|------|
| Processos trabalhistas | -    | 309     | 309  |
| Processos tributários  | -    | -       | -    |
| Processos ambientais   | -    | -       | -    |
| Processos cíveis       | -    | -       | -    |
| Total                  | -    | 309     | 309  |

**Para TEP**

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) As controladas AGL e ARE são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde está localizada a PCH. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH. Contudo, a Companhia já tem a posse das áreas envolvidas.

Não há processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda provável, nas esferas: trabalhista, cível e de natureza tributária, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

- (b) Na controladora CEM as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.

Os processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requerem a necessidade de provisão seriam: processos de natureza cível no montante de R\$55.000 e de natureza tributária no montante de R\$94.

*Depósito judicial*

Em 31 de dezembro de 2022 e em 2021, a Companhia tinha depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$6 (AGL) e R\$224 (ARE). Possibilidade de perda remota.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

## **20 Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$294.000 está representado por 22.898.123 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

|                               | 2022 e 2021            |            |
|-------------------------------|------------------------|------------|
|                               | Quantidade<br>de ações | %          |
| <b>Acionista</b>              |                        |            |
| Commandery Participações S.A. | 21.899.727             | 95,64      |
| Jones Aranha de Sá            | 998.396                | 4,36       |
| <b>Total</b>                  | <u>22.898.123</u>      | <u>100</u> |

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

### **Reserva legal**

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R\$10.150 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.340 em 31 de dezembro de 2021).

### **Reserva de lucros retidos**

A Companhia destinou em 2022 da conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$177.517 (R\$104.590 em 31 de dezembro de 2021) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

### **Excesso de reservas de lucros**

Conforme determina a Lei das S.As. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$149.574, que a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

### **Lucro por ações**

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

|                                                   | 2022          | 2021         |
|---------------------------------------------------|---------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício                        | 246.839       | 146.793      |
| Média ponderada de ações em circulação no período | 22.898        | 22.898       |
| Lucro líquido por lote de mil ações - R\$         | <u>10,780</u> | <u>6,411</u> |

### **Dividendos**

A Companhia adota a política contábil de registrar os dividendos e juros sobre capital próprios recebidos no fluxo de caixa das atividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

|                                       | <b>2022</b>     | <b>2021</b>    |
|---------------------------------------|-----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício            | 246.839         | 146.793        |
| Reserva legal                         | <u>(10.150)</u> | <u>(7.340)</u> |
| Base para dividendos                  | <u>236.689</u>  | <u>139.453</u> |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | <u>59.172</u>   | <u>34.863</u>  |

### ***Dividendos mínimos obrigatórios a pagar***

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

Em 25 de março de 2022, a controladora GPE aprovou, em Reunião de Conselho de Administração, a distribuição antecipada de R\$35.840, referente a dividendos intermediários de 2021 (R\$4,50 por lote de mil ações), os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Em 13 de abril de 2022, a controladora GPE aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de R\$ 146.793 (dos quais já haviam sido deliberados na RCA anterior), sendo dividendos mínimos obrigatórios de R\$34.863 e dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2021 de R\$104.590, os quais foram parcialmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2022 está apresentado a seguir:

|                                          | Controladora     | Consolidado      |
|------------------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo dividendos a pagar 2020            | 48.844           | 62.955           |
| Dividendos propostos referente a 2020    | 117.000          | 117.672          |
| Dividendos mínimos obrigatórios de 2021  | 34.863           | 62.851           |
| Juros sobre capital próprio              | -                | (1.313)          |
| IRRF sobre juros sobre capital próprio   | -                | 4.435            |
| Dividendos pagos                         | <u>(126.737)</u> | <u>(162.777)</u> |
| Saldo dividendos a pagar 2021            | 73.970           | 83.823           |
| Dividendos propostos referente a 2021    | 140.428          | 162.177          |
| Dividendos Intermediários 2022           | -                | 11.563           |
| Juros sobre capital próprio de 2022      | -                | 4.293            |
| IRRF sobre juros sobre capital próprio   | -                | (644)            |
| Dividendos mínimos obrigatórios de 2022  | 59.172           | 63.245           |
| Dividendos pagos                         | <u>(168.972)</u> | <u>(204.981)</u> |
| Saldo dividendos adicionais a pagar 2022 | <u>104.598</u>   | <u>119.476</u>   |

## **21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

|                                                                             | Taxa<br>efetiva | Controladora<br>2022 | 2021     | Taxa<br>efetiva | Consolidado<br>2022 | 2021     |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------------|----------|-----------------|---------------------|----------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social                    |                 | 253.898              | 146.793  |                 | 352.481             | 224.058  |
| Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)                                     |                 | (86.325)             | (49.910) |                 | (119.844)           | (76.180) |
| Diferenças temporárias e permanentes                                        |                 |                      |          |                 |                     |          |
| Adições                                                                     |                 | (1.052)              | (1.140)  |                 | (8.214)             | (1.377)  |
| Exclusões - Equivalência Patrimonial e outros                               |                 | 89.289               | 51.050   |                 | 4.457               | 6.829    |
| Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06             |                 | -                    | -        |                 | (1.516)             | (14.333) |
| Lucros Contratos Celebrados Entidades Governamentais-2021 (Regime de Caixa) |                 | -                    | -        |                 | (9.225)             | -        |
| Juros sobre capital próprio                                                 |                 | (11.650)             | -        |                 | 17.170              | -        |
| Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS                             |                 | -                    | -        |                 | 3.024               | -        |
| Compensação de base negativa e prejuízo fiscal                              |                 | 2.648                | -        |                 | 6.612               | 11.290   |
| Demais adições e exclusões                                                  |                 | 31                   | -        |                 | 7.358               | 17.455   |
| Impostos correntes sobre lucro real                                         |                 | (7.059)              | -        |                 | (100.178)           | (56.316) |
| Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido                        |                 | -                    | -        |                 | (2.937)             | (2.339)  |
| Imposto de renda e contribuição social                                      |                 | (7.059)              | -        |                 | (103.115)           | (58.655) |
| Incentivos fiscais do imposto de renda                                      |                 | -                    | -        |                 | 52.015              | 33.865   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                            |                 | -                    | -        |                 | (4.358)             | 2.889    |
| Total de imposto de renda e contribuição social no resultado                | 2,78%           | (7.059)              | -        | 15,73%          | (55.458)            | (21.901) |

## 22 Receita operacional líquida

|                                                     | Consolidado |           |
|-----------------------------------------------------|-------------|-----------|
|                                                     | 2022        | 2021      |
| Receita de venda de energia (a)                     | 165.279     | 1.238.396 |
| Receita de venda de energia por disponibilidade (b) | 684.205     | 411.216   |
| Deduções de venda                                   |             |           |
| PIS                                                 | (14.355)    | (27.232)  |
| COFINS                                              | (66.124)    | (125.437) |
| ICMS                                                | (46.884)    | (48.296)  |
| P&D - Pesquisa e desenvolvimento                    | (7.469)     | (14.571)  |
| Total                                               | 714.652     | 1.434.076 |

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida às Distribuidoras contratadas. A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE. Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas ao longo do ano de 2021 (despacho concentrado no 2.º semestre) e 2020. Com isto, as Companhias CEP, CEC e SFE obtiveram um aumento na receita de venda de energia gerada.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo), referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a

recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos decorrentes do consumo de insumos e/ou combustível e da operação e manutenção da usina referente à geração inflexível; (iv) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica em ambiente regulado (CCEAR).

## 23 Custos e despesas por natureza

|                                                 | Controladora |              | Consolidado      |                    |
|-------------------------------------------------|--------------|--------------|------------------|--------------------|
|                                                 | 2022         | 2021         | 2022             | 2021               |
| Custos e despesas com pessoal e administradores | -            | -            | (26.043)         | (21.227)           |
| Depreciação e amortização (a)                   | -            | -            | (91.980)         | (82.158)           |
| Custo de utilização do sistema de distribuição  | -            | -            | (62.166)         | (31.147)           |
| Custos com manutenção e operação (b)            | -            | -            | (184.603)        | (1.105.577)        |
| Risco hidrológico (c)                           | -            | -            | -                | 9.717              |
| Custos e despesas com seguros                   | -            | -            | (6.439)          | (5.000)            |
| Despesas com viagens e comunicações             | (43)         | (16)         | (1.219)          | (714)              |
| Serviços de terceiros                           | (57)         | (2)          | (9.862)          | (7.851)            |
| Assessoria e consultoria                        | (215)        | (117)        | (13.059)         | (19.709)           |
| Tributos (d)                                    | (37)         | (31)         | 2.111            | 921                |
| Outras despesas (receitas)                      | 2.514        | (732)        | 189              | 466                |
| Total                                           | <u>2.162</u> | <u>(898)</u> | <u>(393.071)</u> | <u>(1.262.279)</u> |
| Classificados como:                             |              |              |                  |                    |
| Custos de operação e manutenção                 | -            | -            | (335.454)        | (1.209.424)        |
| Despesas gerais e administrativas               | (557)        | (413)        | (68.211)         | (55.814)           |
| Outras receitas operacionais, líquidas          | 2.719        | (485)        | 10.594           | 2.959              |
| Total                                           | <u>2.162</u> | <u>(898)</u> | <u>(393.071)</u> | <u>(1.262.279)</u> |

- (a) Em 2022, as controladas CEP e CEC concluíram muitos projetos que estavam classificados como imobilização em curso, além disso, a controlada SFE entrou em operação de dezembro de 2021, gerando uma distorção no efeito comparativo dos exercícios 2022 e 2021, apresentando um aumento considerável na depreciação anual se comparado com 2021.
- (b) Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022, representando uma redução significativa de geração de energia anual. Portanto, fez-se necessário realizar apenas as manutenções corretivas e preventivas oriundas da geração no fim do ano anterior, reduzindo assim os custos das manutenções e operações da Companhia, se comparado com 2021. Além disso, os motogeradores convertidos da controlada CEM, tiveram os horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. Ver NE 10.
- (c) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE calculou que a fração do GSF de 2013 e 2014 relacionada a tais eventos trouxe para a Companhia impacto financeiro atualizado de R\$ 4.152 na ARE e R\$ 5.565 na AGL. Por sua vez, a ANEEL homologou o cálculo da CCEE e o transformou em prazo de extensão de outorga (768 dias – ARE e 754 dias - AGL), para sua devida compensação, publicando a Resolução Homologatória nº 2.932 em 17 de setembro de 2021. Desta maneira, a Companhia reconheceu um ativo intangível constituído pela repactuação do risco hidrológico ao valor justo de R\$ 4.152 na ARE e R\$ 5.565 na AGL,

considerando as informações calculadas pela CCEE e ANEEL e observando os aspectos e condições previstas no CPC04 – Ativo Intangível.

- (d) Refere-se, principalmente a controlada CEM, sobre a habilitação do crédito tributário na RFB através dos processos administrativos decorrentes da decisão judicial.

## 24 Resultado financeiro

|                                                                                 | Controladora |      | Consolidado |          |
|---------------------------------------------------------------------------------|--------------|------|-------------|----------|
|                                                                                 | 2022         | 2021 | 2022        | 2021     |
| <u>Receitas financeiras</u>                                                     |              |      |             |          |
| Rendimento de aplicações financeiras                                            | -            | -    | 10.538      | 2.970    |
| Atualização Saldo de Lucros Inflacionários                                      | -            | -    | 77          | -        |
| Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS (a)                             | -            | -    | 8.895       | -        |
| Juros recebidos sobre contrato de mútuo                                         | -            | -    | 3.760       | 5.574    |
| PIS e COFINS sobre receita financeira                                           | -            | -    | (5.430)     | (892)    |
| Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (R2)(b)                            | -            | -    | 12.821      | 16.543   |
| Receita Financeira Leasing - CPC 06 (R2)(c)                                     | -            | -    | 51.430      | 30.958   |
| Variações cambiais positivas                                                    | -            | -    | 196         | 3.774    |
| Outras receitas financeiras, líquidas                                           | -            | 1    | 1.953       | 14.387   |
| Subtotal                                                                        | -            | 1    | 84.240      | 73.314   |
| <u>Despesas financeiras</u>                                                     |              |      |             |          |
| Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (d) | (1.541)      | -    | (46.018)    | (16.787) |
| Amortização de custo de captação                                                | -            | -    | (2.613)     | (1.776)  |
| Juros sobre contrato de mútuo                                                   | -            | -    | (549)       | (201)    |
| Variações cambiais negativas                                                    | -            | -    | (2.235)     | (565)    |
| Outras despesas financeiras, líquidas                                           | (3.529)      | (2)  | (1.925)     | (1.724)  |
| Subtotal                                                                        | (5.070)      | (2)  | (53.340)    | (21.053) |
| Total                                                                           | (5.070)      | (1)  | 30.900      | 52.261   |

- (a) Refere-se a atualização pela SELIC do crédito tributário habilitado na Receita Federal do Brasil (RFB) através dos processos decorrentes da decisão judicial.
- (b) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (c) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.
- (d) Conforme Nota Explicativa 18 a controlada TEP reconheceu os juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

## 25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o

valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

|                                          | Controladora     |                                   |         | Níveis |
|------------------------------------------|------------------|-----------------------------------|---------|--------|
|                                          | Custo amortizado | Valor Justo por meio do resultado | Total   |        |
| <u>Ativos financeiros</u>                |                  |                                   |         |        |
| Caixa e equivalentes de caixa            | 8                | -                                 | 8       | -      |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 94.495           | -                                 | 94.495  | -      |
| Outras contas a receber                  | 10.988           | -                                 | 10.988  | -      |
| <u>Total</u>                             | 105.491          | -                                 | 105.491 |        |

|                             | Controladora     |                                   |         | Níveis |
|-----------------------------|------------------|-----------------------------------|---------|--------|
|                             | Custo amortizado | Valor Justo por meio do resultado | Total   |        |
| <u>Passivos financeiros</u> |                  |                                   |         |        |
| Fornecedores                | 99               | -                                 | 99      | -      |
| Dividendos à pagar          | 104.051          | -                                 | 104.051 | -      |
| <u>Total</u>                | 104.150          | -                                 | 104.150 |        |

|                                  | Consolidado      |                                   |         | Níveis   |
|----------------------------------|------------------|-----------------------------------|---------|----------|
|                                  | Custo amortizado | Valor Justo por meio do resultado | Total   |          |
| <u>Ativos financeiros</u>        |                  |                                   |         |          |
| Caixa e equivalentes de caixa    | 40               | 138.334                           | 138.374 | Nível II |
| Depósito bancários vinculados    | -                | 6.263                             | 6.263   | Nível II |
| Contas a receber                 | 145.237          | -                                 | 145.237 | -        |
| Arrendamento mercantil a receber | -                | 137.267                           | 137.267 | Nível II |
| Outras contas a receber          | 63.494           | 48.049                            | 111.543 | Nível II |
| <u>Total</u>                     | 208.771          | 329.913                           | 538.684 |          |

|                              | Consolidado      |                                   |         | Níveis   |
|------------------------------|------------------|-----------------------------------|---------|----------|
|                              | Custo amortizado | Valor Justo por meio do resultado | Total   |          |
| <u>Passivos financeiros</u>  |                  |                                   |         |          |
| Fornecedores                 | 26.442           | -                                 | 26.442  | -        |
| Empréstimos e financiamentos | -                | 195.129                           | 195.129 | Nível II |
| Dividendos à pagar           | 118.929          | -                                 | 118.929 | -        |
| Outras contas a pagar        | 32.183           | 22.000                            | 54.183  | -        |
| <u>Total</u>                 | 177.554          | 217.129                           | 394.683 |          |

### Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;

- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

### ***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia e suas controladas entendem que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia e suas controladas avaliam seus históricos de recebimentos e não identificaram exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia e suas controladas

ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

| Passivos financeiros não derivativos | Cenário      | Taxas | Controladora   |                           |          |
|--------------------------------------|--------------|-------|----------------|---------------------------|----------|
|                                      |              |       | Valor Contábil | Fluxo de caixa contratual |          |
|                                      |              |       |                | 12 meses                  | 36 meses |
| Fornecedores                         | Alta do IPCA | 5,42% | 99             | 104                       | -        |
| Dividendos à pagar                   | Alta do IPCA | 5,42% | 104.051        | 109.689                   | -        |
| Total                                |              |       | 104.150        | 109.793                   | -        |

| Passivos financeiros não derivativos | Cenário      | Taxas  | Valor Contábil | Consolidado               |          |          |          |
|--------------------------------------|--------------|--------|----------------|---------------------------|----------|----------|----------|
|                                      |              |        |                | Fluxo de caixa contratual |          |          |          |
|                                      |              |        |                | 12 meses                  | 24 meses | 36 meses | 48 meses |
| Fornecedores                         | Alta do IPCA | 5,42%  | 26.442         | 27.875                    | -        | -        | -        |
| Empréstimos e financiamentos         | Alta da CDI  | 13,30% | 195.129        | 221.081                   | -        | -        | -        |
| Dividendos à pagar                   | Alta do IPCA | 5,42%  | 118.929        | 224.989                   | -        | -        | -        |
| Outras contas a pagar                | Baixa Selic  | 13,40% | 54.183         | 54.965                    | 71       | 7.302    | 807      |
| Total                                |              |        | 394.683        | 528.910                   | 71       | 7.302    | 807      |

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar

o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

#### *Taxa de câmbio*

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia e suas controladas não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2022 as controladas obtiveram de variação cambial líquida negativa consolidada de R\$2.032. (Em 2021 a variação cambial líquida negativa consolidada de R\$1.889).

#### *Taxa de juros*

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia e suas controladas. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

#### *Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros*

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

|                                               |                | Consolidado                 |           |            |           |           |           |            |
|-----------------------------------------------|----------------|-----------------------------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Modalidade                                    | Risco          | Cenário                     |           |            |           | Saldo     |           |            |
|                                               |                | Provável                    | Possível  | Remoto     | Contábil  | Provável  | Possível  | Remoto     |
|                                               |                | I<br>(*)                    | II<br>25% | III<br>50% |           | I         | II<br>25% | III<br>50% |
| <u>Passivo - Empréstimos e financiamentos</u> |                |                             |           |            |           |           |           |            |
| Banco do Brasil S.A.                          | Alta da CDI    | 13,30%                      | 16,63%    | 19,95%     | (65.908)  | (74.674)  | (76.865)  | (79.057)   |
| Banco Bradesco S.A.                           | Alta do CDI    | 13,30%                      | 16,63%    | 19,95%     | (129.221) | (146.407) | (150.704) | (155.001)  |
| Total empréstimos e financiamentos            |                |                             |           |            | (195.129) | (221.081) | (227.569) | (234.058)  |
| <u>Ativo - Partes relacionadas</u>            |                |                             |           |            |           |           |           |            |
| Contratos de mútuo                            | Baixa do IGP-M | 4,07%                       | 3,06%     | 2,04%      | 11.116    | 11.569    | 11.456    | 11.342     |
| Total ativo partes relacionadas               |                |                             |           |            | 11.116    | 11.569    | 11.456    | 11.342     |
| <u>Ativo - Aplicações financeiras</u>         |                |                             |           |            |           |           |           |            |
| Caixa Econômica Federal                       | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 9,98%     | 6,65%      | 93        | 105       | 102       | 99         |
| Banco do Brasil                               | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 0,00%     | 0,00%      | 5         | 6         | 5         | 5          |
| Banco Santander S.A.                          | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 9,98%     | 6,65%      | 761       | 862       | 837       | 812        |
| XP Investimentos CCTVM S/A                    | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 9,98%     | 6,65%      | 71.944    | 81.513    | 79.120    | 76.728     |
| Banco BBM                                     | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 9,98%     | 6,65%      | 1         | 1         | 1         | 1          |
| Banco Itaú                                    | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 9,98%     | 6,65%      | 24.383    | 27.626    | 26.815    | 26.004     |
| Banco do Nordeste do Brasil - E               | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 9,98%     | 6,65%      | 34.507    | 39.096    | 37.949    | 36.802     |
| Banco Bradesco S.A.                           | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 9,98%     | 6,65%      | 6.640     | 7.523     | 7.302     | 7.082      |
| Total aplicações financeiras                  |                |                             |           |            | 138.334   | 156.732   | 152.131   | 147.533    |
| <u>Ativo - Depósitos bancários vinculados</u> |                |                             |           |            |           |           |           |            |
| Banco do Brasil                               | Baixa do CDI   | 13,30%                      | 9,98%     | 6,65%      | 6.263     | 7.096     | 6.888     | 6.679      |
| Total depósitos bancários vinculados          |                |                             |           |            | 6.263     | 7.096     | 6.888     | 6.679      |
| Total líquido                                 |                |                             |           |            | (39.416)  | (45.684)  | (57.094)  | (68.504)   |
| * Fonte: Banco Santander                      |                | Efeito líquido no resultado |           |            | -         | (6.268)   | (17.678)  | (29.088)   |

### *Gestão do capital social*

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

### *Política de preços (ambiente regulatório)*

#### **Para CEM**

Existe um contrato bilateral entre a controlada CEM e a Eletronorte de fornecimento do que é enquadrado como arrendamento mercantil financeiro. A controlada CEM não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

#### **Para AGL e ARE**

O contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes e o órgão regulador ANEEL.

#### **Para CEC, CEP e SFE**

Existem contratos de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR celebrado com as distribuidoras, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), na modalidade spot. A Companhia não tem proteção para este tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a

anuência de ambas as partes e o órgão regulador ANEEL.

#### *Quanto à escassez de combustível*

A controlada CEM gera energia por meio de UTE. Uma situação extrema, em que não haja oferta de gás natural pelo mercado, implicaria a redução de receita. Considerando a conversão dos motores para operação com 100% gás natural, a controlada CEM não faz mais aquisições de óleo combustível, com isso uma possível escassez deste combustível não apresenta riscos para a operação. A Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural, não sendo a controlada CEM responsável por este contrato, atuando apenas no seu consumo para geração de energia. A controlada CEM entende não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

A Controlada SFE possui contrato de compra e venda de óleo combustível com baixo teor de enxofre (OCCMB) firmado com a Refinaria de Mataripe S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023 para as UTEs Guarani e Apoena e até 31 de dezembro de 2025 para a UTE Curumim. Conforme estabelecido em contrato, a Refinaria de Mataripe S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

As Controladas CEP e CEC possuem contratos de promessa de compra e venda mercantil para comercialização de óleo diesel (CEP) e óleo combustível (OCB1) (CEC) firmados com a Petrobras Distribuidora S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia. Conforme estabelecido em contrato, a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado. As Companhias entendem não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

#### *Quanto à escassez de chuva*

As controladas AGL e ARE geram energia por meio de uma PCH. Um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria redução de receita. A fim de mitigar esse risco, as controladas AGL e ARE aderiram ao MRE – Mecanismo de Realocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Ademais, as controladas AGL e ARE repactuaram o risco hidrológico em 2016, de modo a transferir para o consumidor o risco de escassez hídrica, mediante pagamento de um prêmio de risco. As controladas AGL e ARE entendem não haver riscos associados em 2022 em função do saldo ser positivo.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

## **26 Compromissos assumidos**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$235, relacionados com:

- Assessoria e gestão no valor de R\$235, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas AGL e ARE possuíam contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.602 (Água Limpa) R\$2.019 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$413 (Água Limpa) e R\$324 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031;
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.717 (Água Limpa) e R\$1.310 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2034;
- Assessoria e gestão no valor de R\$413 (Água Limpa) e R\$385 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CEM possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$20.809, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$232, com vigência indeterminada;
- Operação e manutenção das usinas de R\$19.127, com vigência até maio de 2026;
- Serviços gerais de R\$313, com vigência indeterminada;
- Assessoria e gestão de R\$1.137, com vigência indeterminada;
- Contrato bilateral de venda de energia R\$216.840, com vigência até maio de 2025.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CEC possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$44.101, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$24.296, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Operação e manutenção das usinas de R\$10.115, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Gestão, Planejamento e Logística de R\$ 5.778, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Logística de abastecimento de óleo de R\$2.359, com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Assessoria e gestão de R\$1.553 com vigência até 28 de fevereiro de 2025;
- Os contratos da Companhia para aquisição de óleo combustível com a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 28 de fevereiro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada CEP possuía contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.436, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD (R\$699), com vigência até 31 de dezembro de 2023;
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$737), com vigência até 1.º de janeiro de 2024;
- Os contratos da Companhia para aquisição de óleo diesel com a Vibra (ex Petrobras Distribuidora S.A.) não têm valor fixo, pois só há desembolsos (custo variável) caso ocorra

geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada SFE possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$ 77.998, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$25.337, com vigência indeterminada;
- Encargos de distribuição de energia de R\$8.394, com vigência indeterminada;
- Operação e manutenção das usinas de R\$14.228, com vigência indeterminada;
- Gestão Planejamento e Logística de R\$18.636, com vigência indeterminada;
- Logística de abastecimento de óleo de R\$7.901, com vigência indeterminada;
- Assessoria e gestão de R\$3.502, com vigência indeterminada.

## **27 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes**

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

### **Exercício de 2021 (Consolidado)**

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.269 (AGL), R\$1.845 (ARE), R\$18.656 (CEM), R\$25.236 (CEP) e R\$100.752 (CEC);
- Repactuação do intangível contra custo no montante de R\$5.565 (AGL) e R\$4.152 (ARE);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$7.927 (AGL), R\$6.140 (ARE), R\$6.880 (CEM), R\$1.746 (SFE) e R\$17.907 (CEC).

### **Exercício de 2022 (Consolidado)**

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.570 (AGL), R\$1.959 (ARE), R\$32.037 (CEM), R\$9.603 (CEP), R\$24.644 (SFE) e R\$14.129 (CEC);
- Amortização de mútuo com dividendos a pagar no montante de R\$51.541 (SFE);
- Dividendos mínimos propostos no montante de R\$ 6.525 (AGL), R\$ 4.665 (ARE) e R\$17.350 (CEC).

## **28 Eventos subsequentes**

Em março de 2023, houve o ganho da ação de cobrança movida pela controlada CEM com a Amazonas Distribuidora de Energia S/A e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível, que totalizam o montante de R\$50.054.